

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

CÉLIA MARIA RIBEIRO

**DA PRODUÇÃO ACADÊMICA À COMUNICAÇÃO
CIENTÍFICA: padronização como instrumento de
socialização do conhecimento**

Campinas
2006

CÉLIA MARIA RIBEIRO

**DA PRODUÇÃO ACADÊMICA À
COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: padronização
como instrumento de socialização do
conhecimento**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação na área de Administração da Informação, linha de pesquisa Produção e Disseminação da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos
Co-Orientadora: Prof. Dra. Nair Yumiko Kobashi

Campinas
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t020 Ribeiro, Célia Maria.
R484d Da produção acadêmica à comunicação científica: padronização como instrumento de socialização do conhecimento / Célia Maria Ribeiro . - Campinas: PUC-Campinas, 2006.
xiv, 96p.

Orientador: Raimundo Nonato Macedo dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inclui anexos.

1. Ciência da informação. 2. Comunicação - Pesquisa. 3. Pesquisa. 4. Produtividade - Avaliação. 5. Normalização. 6. Universidades e faculdades - Teses. I. Santos, Raimundo Nonato Macedo dos. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

22.ed.CDD – t020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor (a): RIBEIRO, Célia Maria

Título: “DA PRODUÇÃO ACADÊMICA À COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: padronização como instrumento de socialização do conhecimento” .

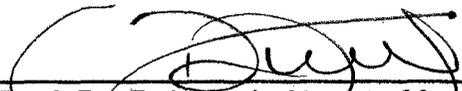
Orientador (a): Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação

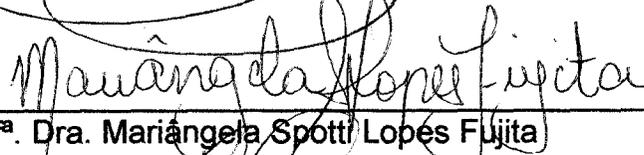
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 09/10/2006.

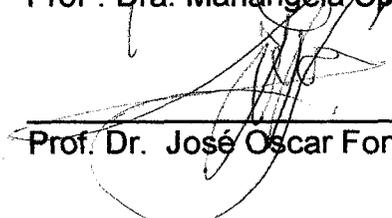
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos



Profª. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita



Prof. Dr. José Oscar Fontanini de Carvalho

Dedicatória

Dedico este trabalho a...

Todas as pessoas que me incentivaram e apoiaram, tanto nos momentos em que as coisas fluíam quanto nas horas mais complicadas.

Minha família, especialmente meus pais Maria e Benedito, que deram o exemplo da luta silenciosa e perseverante, fazendo do trabalho bem feito um meio de alcançar a realização.

Colegas de trabalho que tiveram paciência e acompanharam com interesse o deslanchar deste trabalho.

Todos os professores do Programa, por me contagiarem com o seu entusiasmo pela Ciência da Informação, que habita meus planos desde sempre.

Colegas de turma pela solidariedade e apoio.

Agradecimentos

Agradeço...

A Deus que sempre me ilumina e guia.

A CAPES pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível concluir esse trabalho.

Prof. Dra. Nair Yumiko Kobashi, co-orientadora, grande incentivadora que me ajudou a dar os primeiros passos para concretizar este projeto.

Ao meu orientador Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos, por conduzir os rumos da pesquisa com valiosas indicações de leitura e sugestões que muito me acrescentaram.

Aos professores que fizeram parte da banca de qualificação: Prof. Dr. Rogério Eduardo Rodrigues Bazi e Prof. Dr. José Oscar Fontanini de Carvalho pelas observações e comentários que contribuíram para corrigir a rota e chegar ao final com sucesso.

Professor Marivalde Moacir Francelin com quem muito aprendi nas aulas de estágio docente.

Aos colegas que contribuíram com sua experiência apontando as possibilidades e ajudando nos detalhes técnicos: Leonardo Fernandes Souto e Joana D'Arc Pereira.

Às bibliotecárias, funcionárias(os) e estagiárias(os) das bibliotecas da UNICAMP - FCM, FEF, FOP e IB -, por terem franqueado minha entrada nos acervos para fazer os levantamentos necessários, e providenciado informações importantes. Em especial a Dulce Inês Leocádio dos Santos Augusto, Marilene Girello, Sandra Lúcia Pereira, Sílvia Celeste Sálvio, e Vanda de Fátima Fulgêncio de Oliveira.

Aos coordenadores dos programas de pós-graduação da área de Ciências Biológicas da UNICAMP: Prof. Dr. José Guilherme Ceccatti, Prof. Dr. Edison Duarte, Prof. Dr. Mário Alexandre Coelho Sinhoreti e Prof. Dra. Shirlei M. R. Pimentel, que se prontificaram a colaborar com a pesquisa.

Aos demais pesquisadores, sujeitos desta pesquisa, que gentilmente colaboraram respondendo às questões enviadas.

Ao pessoal da secretaria da Pós-graduação e secretaria da Coordenação, laboratórios, biblioteca e Revista TransInformação, sempre atenciosos e prestativos.

RIBEIRO, Célia Maria. **Da produção acadêmica à comunicação científica: padronização como instrumento de socialização do conhecimento**. 2006. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Resumo

Análise das tendências da produção acadêmica gerada nos programas de pós-graduação *stricto sensu* tendo como objeto de estudo as teses e dissertações. Identifica também as ferramentas de orientação disponíveis para os alunos desenvolverem seus trabalhos com mais autonomia, e apresenta reflexões sobre o papel do profissional da informação neste ambiente. Por meio de uma análise qualitativa, através de entrevistas com os sujeitos envolvidos no processo de produção e comunicação da ciência, identifica-se que os mesmos tiveram que mudar seus hábitos e atitudes diante dos critérios estabelecidos para contagem de produção e distribuição de recursos para a pesquisa. A necessidade de publicar em diversas revistas científicas leva os pesquisadores a adotarem os padrões destas revistas em seus trabalhos, em detrimento de normas nacionais. As conclusões mostram que o bibliotecário continua se adaptando às novas demandas, e nesse caso, participando mais ativamente dos processos de geração da informação científica, no entanto sua presença junto às agências nacionais de normalização precisa ser mais atuante.

Palavras-Chaves: Comunicação científica; Trabalhos acadêmicos - Normalização; Normalização – Documentação; Teses e Dissertações - ciências biológicas.

RIBEIRO, Célia Maria. **From academic productivity to scientific communication: standardization as a tool for knowledge socialization**. 2006. 96p. Dissertation (Master in Information Science) – Pontifical Catholic University of Campinas, Campinas, São Paulo, Brazil.

Abstract

This work focuses on the new trends of academic publications, thesis and dissertations, aiming at identifying what is influencing its standardization. It analyses tools such as norms and guides, offered to students in order to prepare their works, and also the role of librarians in this environment. To understand the behavior of scientists it was made a qualitative research through interviews, that were recorded. The answers were arranged in categories in order to apply content analysis method to get the results. It was observed that demands are changing in face of the academic evaluation criteria which lead researchers to use patterns of international scientific journals, instead of national standards of academic publication.

Keywords: Scientific communication; Academic Production - Standardization; Thesis and Dissertations – biological sciences; Academic evaluation.

Lista de Quadros

Quando 1 - Comparativo da disposição de elementos na estrutura de teses, dissertações e monografias.....	40
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 -	Dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na Área de Ciências Biológicas da UNICAMP – 1999 a 2005	36
Tabela 2 -	Dissertações de mestrado e teses de doutorado da Área de Ciências Biológicas da UNICAMP, analisadas segundo o ano de defesa – 1999 a 2005	36
Tabela 3 -	Dissertações de mestrado e teses de doutorado da Área de Ciências Biológicas da UNICAMP, analisadas segundo o formato – 1999 a 2005	38

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFNOR	Association Française de Normalisation
AMN	Asociación Mercosur de Normalización
APA	American Psychological Association.
ANSI	American National Standards Institute
BIPM	Bureau International de Poids et Mesures
BIREME	Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde.
BSI	British Standards Institution
CAISM	Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CB-14	Comitê Brasileiro - Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBs	Comitês Brasileiros
CCPG	Comissão Central de Pós-Graduação da UNICAMP
CEN	The European Committee for Standardization
CMN	Comitê MERCOSUL de Normalização
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPANT	Comissão Pan Americana de Normas Técnicas
DADCC	Diretoria de Apoio Didático Científico e Computacional da Faculdade de Ciências Médicas
DIN	Deutsches Institut für Normung
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
FEF	Faculdade de Educação Física

FOP	Faculdade de Odontologia de Piracicaba
IB	Instituto de Biologia
ICMJE	International Committee of Medical Journal Editors
IEC	Internacional Electrotechnical Comission
IRAM	Instituto Argentino de Racionalización de Materiales
ISO	International Organization for Standardization
JCR	Journal of Citation Reports
JISC	Japanese Industrial Standards Committee
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NBR	Norma Brasileira
OIML	Organização Internacional de Metrologia Legal
QUALIS	Classificação de Periódicos, Anais, Jornais e Revistas (CAPES)
TCC	Trabalho de conclusão de curso
TGI	Trabalho de graduação interdisciplinar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho'
UNI	Centre Nazionale Italiano di Unificazione
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

Sumário

LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xiii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
1. INTRODUÇÃO	1
2. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	11
2.1. Ciência da Informação e Informação Científica	11
2.2. Produção científica	12
2.2.1. Canais de comunicação científica.....	14
2.2.2. Fontes de comunicação científica e informação.....	17
2.2.2.1. Artigo científico.....	18
2.2.2.2. Produção Acadêmica: teses e dissertações.....	19
2.2.3. Tipos de comunicação e divulgação científica.....	20
3. NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS: INSTITUCIONALIZAÇÃO	21
3.1 Objetivos da normalização.....	25
3.2 Entidades de padronização.....	25
3.3 Tipos de normas.....	29
3.4 Manuais, diretrizes e recomendações.....	30
3.4.1 Práticas de Produção Acadêmica.....	31
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	33
4.1 Levantamento e análise do ‘corpus’ da pesquisa.....	34
4.2 Levantamento e análise dos manuais, normas e diretrizes.....	38
4.3 Pesquisa qualitativa.....	41
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
5.1 Dissertações e Teses.....	45
5.2 Normas e Manuais de Normalização.....	48
5.3 Entrevistas.....	49
5.3.1 Coordenadores de Pós-Graduação.....	49
5.3.2 Bibliotecários.....	58
6 CONCLUSÕES	65
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	73
ANEXOS	96

1 Introdução

A partir de algumas reflexões decorrentes da atividade bibliotecária em orientar estudantes de pós-graduação na normalização de trabalhos acadêmicos *stricto sensu* numa instituição universitária, e da identificação de mudanças no cenário da produção e circulação do conhecimento científico, surgiu a motivação para empreender esta pesquisa. O intuito de compreender a angústia dos pesquisadores com o fazer científico, permeado de complexidades decorrentes da crescente exigência das agências nacionais de financiamento e das avaliações da produção acadêmica, também foi fator determinante para que a busca fosse iniciada.

Cabe ressaltar que a existência de inúmeras normas, manuais *ad hoc* e diretrizes para padronização de teses e dissertações não têm resolvido os problemas relacionados à apresentação formal desses trabalhos. Nesse sentido, o profissional bibliotecário mediador entre a informação e o pesquisador sente-se pressionado a buscar soluções em diversos instrumentos normativos, e a aparelhar-se para enfrentar as mutações impostas pelos avanços sociais e tecnológicos. Sua formação tecnicista herdada do modelo pragmático norte americano nem sempre é suficiente para atender às novas demandas.

Deve-se também considerar que os modos de construção e divulgação do conhecimento evoluíram, instalando novos fluxos e estabelecendo uma relação mais efetiva da ciência com a sociedade, especialmente com a evolução das tecnologias. Meadows (1999, p. 34) descreve o novo ciclo da comunicação científica, onde os documentos historicamente considerados secundários passam à condição de documentos primários com a ajuda da tecnologia:

A passagem do processamento de informação científica secundária para o processamento de informação primária dependeu da evolução do computador. A informação primária, porém, difere quanto ao conteúdo da informação secundária e isso, também tem afetado essa transição.

Há algum tempo a literatura vem indicando a necessidade de mudanças na dinâmica de socialização da produção acadêmica gerada nas universidades. Consideradas até recentemente como literatura cinzenta, as teses e dissertações fazem parte dos acervos das instituições de origem sendo de difícil acesso pelos pares. Dentre os motivos apontados por alguns autores estão: falta de comprometimento dos pesquisadores em dar retorno à sociedade quanto aos incentivos recebidos para a pesquisa, baixa qualidade de parte desses trabalhos e dificuldades de acesso a esse material.

Alves (1992, p. 58) descreve essa situação num trabalho sobre revisão das bibliografias de teses e dissertações:

Muito se tem lamentado que o destino de grande maioria das teses e dissertações é mofar nas prateleiras das bibliotecas universitárias. Uma das causas desse fato é sem dúvida, a qualidade dos relatórios apresentados, particularmente no que se refere às revisões de bibliografia.

Noronha (1997, p. 90) acrescenta que,

A maioria das informações divulgadas nesse tipo de publicação não é utilizada pelos pares, devido em grande parte ao próprio desconhecimento de sua existência. São fontes pouco divulgadas, só estando disponíveis nas bibliotecas das instituições em que foram defendidas e muitas vezes fora do acesso do usuário.

Essa realidade passa por um processo de revisão e já tem legislação específica. Trata-se da Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006 do Ministério da Educação que estabelece a obrigatoriedade da divulgação de arquivos digitais das dissertações e teses no final dos cursos de pós-graduação. Segundo manifestações do Conselho Técnico-científico da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), a produção científica discente não é aferível somente através de publicação seletiva em periódicos especializados como indicador relevante de qualidade dos programas de mestrado e doutorado, mas também do volume, qualidade e acessibilidade das teses e dissertações produzidas. (BRASIL, 2006). Aliadas a essa determinação, várias iniciativas de disponibilização de acervos da produção acadêmica vêm sendo implementadas pelas instituições de ensino superior do Brasil.

Nesse contexto, os pesquisadores brasileiros estão sendo incentivados a publicar em revistas indexadas de referência internacional e de grande alcance. Essa prática sempre existiu, mas atualmente em vista dos critérios de avaliação de produtividade mais rigorosos estabelecidos pelos programas de pós-graduação e agências de fomento e acompanhamento das pesquisas, essa produção passou a ser divulgada não só nas revistas, mas também nas dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nas Universidades.

Parece que isso configura uma nova modalidade de divulgação científica, pois a estrutura convencional dos trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, monografias), composta de elementos tidos como básicos: introdução, objetivo, justificativa e metodologia, não é totalmente adotada nesses casos. Com efeito, as denominadas 'teses em formato alternativo' apresentam uma tipologia diferente da arquitetura tradicionalmente aceita porque são constituídos por capítulos originalmente publicados como artigos científicos em revistas indexadas, ou que foram submetidos para publicação, ou ainda em fase de submissão.

Semelhante situação suscita o problema de pesquisa que se pretende desenvolver nesta dissertação, expresso na seguinte pergunta: em que medida a produção científica gerada nos programas de pós-graduação atuais estão mudando a concepção de tese/dissertação e em decorrência, os formatos de sua apresentação? Se for comprovada a existência de um novo tipo de documento acadêmico, o tratamento técnico com fins de recuperação também deve ser reavaliado. Outro ponto a considerar é se esse fato compromete os fluxos da informação e se os pesquisadores têm consciência da necessidade de padrões para se estabelecer uma comunicação científica efetiva.

Miranda (2003, p. 201) inicia uma discussão sobre a conceituação de *documento*, que chama de unidade ou objeto primeiro de estudo da Ciência da Informação e de outras tantas ciências segundo enfoques e interesse próprios. O autor, baseado em René Descartes, propõe um esquema de decomposição desse objeto complexo nos seus elementos constitutivos: tipo, conteúdo, formato e suporte.

Em relação ao primeiro elemento - *tipo*, o autor comenta que os documentos têm configurações sujeitas à exigências formais que ditam os modos de produção:

No processo produtivo do conhecimento, há sempre uma eleição prévia conforme os objetivos perseguidos. Tipos tais como artigos científicos, relatórios técnicos, dissertações e teses acadêmicas, resenhas, resenhas, resenhas e resumos, livros e patentes têm configurações convencionais, consagradas pelo uso e sujeitas às exigências formais e normas adequadas à sua produção e veiculação. São formas que pela força de sua reconhecibilidade, predeterminam os modos de produção e uso.

No entanto, o mesmo autor acrescenta que tais tipos de documentos “são produtos marcados pelas exigências do mercado, sujeitos a transformações impostas pela demanda e pela capacidade de renovação da oferta, simultaneamente com as tecnologias disponíveis.” (MIRANDA, 2003, p. 203). O autor lembra que o *formato* molda o conteúdo, e diferentes formatos pressupõem diferentes conteúdos, que exigem tratamento técnico diferenciado.

Miranda continua a discussão abordando a estrutura da informação. Segundo ele, é na Ciência da Informação que os conteúdos dos documentos são dimensionados através de uma arquitetura e com a utilização de codificações próprias.

[...] a descrição da forma e do conteúdo, tentam a representação individual do documento correlacionando a unidade com o todo (coletivo) no ciclo documentário, criando meios para sua localização, disseminação e uso. Entre os critérios utilizados, destacam-se os conceitos inerentes ao documento, as regras para produção e uso e normas de caráter institucional. (MIRANDA, 2005, p. 184).

Pode-se considerar que as formas tradicionais de produção e legitimação dos trabalhos acadêmicos brasileiros passam por mutações, que vão de encontro aos paradigmas consolidados em normas de documentação. O surgimento de novas tendências aponta a necessidade de redefinição de procedimentos, para evitar interferência nas formas de representação desses documentos.

O *conteúdo* para Miranda (2003, p. 203),

é a parte substantiva do documento predeterminado pelo seu tipo na medida em que está conformado às normas e condições de produção. Os dados, as

informações e o conhecimento registrado seguem regras próprias do tipo escolhido. [...] Cada ciência se apropria do conteúdo conforme suas capacidades heurísticas e metodológicas, mas é justo assinalar que a tipificação do documento entra na legitimação do processo de apropriação do conhecimento.

Quanto ao *formato*, o autor se refere aos programas de tratamento e exposição de dados que facilitam tanto a produção quanto a leitura dos documentos pelo público acostumado com os códigos pré-estabelecidos. Para finalizar, o *suporte* é descrito como a parte visível e manipulável, a coisificação ou a expressão física

No Brasil encontram-se padrões de trabalhos acadêmicos institucionalizados, ora baseados em orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ora na combinação de normas aceitas internacionalmente. O fato é que esse fenômeno tem afetado tanto os estudantes de pós-graduação quanto os orientadores, porque a falta de coerência entre as diversas orientações e a diversidade de opiniões a respeito de normalização confunde os pesquisadores.

Podem existir diversos motivos para o surgimento de orientações conflitantes e dos formatos alternativos de apresentação de trabalhos. Uma hipótese bastante plausível é a crescente exigência de produção científica por parte dos programas de pós-graduação e agências de fomento à pesquisa como: Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Outra causa possível diz respeito às sugestões dos próprios pesquisadores que parecem criar uma nova cultura de publicação e documentação de trabalhos acadêmicos.

Foi com base neste pressuposto que se pensou em aprofundar o conhecimento sobre os impactos - positivos ou negativos, que a mudança da tipologia de um documento pode causar à comunicação científica, nos seus fluxos e na recuperação dessa informação.

Estabeleceu-se como objetivo principal da pesquisa identificar e discutir as causas subjacentes às novas tendências de apresentação da produção acadêmica *stricto sensu* e sua relação com a comunicação científica. Sendo os objetivos

específicos: 1) levantar informações sobre as normas e padrões necessários para uma efetiva transferência do conhecimento científico; 2) identificar o que está influenciando a nova concepção da produção acadêmica *stricto sensu*, dissertações e teses; 3) verificar como os pesquisadores, orientadores e bibliotecários lidam com as mudanças.

Para isto pensou-se que a resposta poderia ser dada, neste momento, pelos produtores da informação científica e pelos profissionais que fazem a intermediação do processo de comunicação. No entanto, para estudar tal fenômeno seria necessário buscar bases teóricas para o desenvolvimento e sustentação da pesquisa. Dentro dessa perspectiva a Ciência da Informação poderia ser eleita a Ciência adequada para esse fim.

Para Barreto (2005), um dos pensadores da área, a Ciência da Informação tem como objeto de estudo um constante construir de princípios e práticas relacionados com a criação da informação como ação humana de dar existência ao que não existia antes, depois realizando o tratamento desta informação produzida para sua organização e distribuição, até atingir o usuário final, que se apropria dessa informação transformando-a em conhecimento através de seus processos cognitivos.

Outro autor, Saracevic (1995), elege a Ciência da Informação como Ciência interdisciplinar que desempenha um papel importante para solucionar as situações críticas da sociedade moderna, redefinindo e reestruturando esforços para resolução de problemas de informação.

Diante de um problema de informação - sua criação, estrutura e comunicação -, havia um questionamento desta pesquisadora em relação à disseminação de práticas alternativas de publicação de teses, refletidas na produção acadêmica atual. Ao mesmo tempo defendia a adoção de normas nacionais de apresentação de trabalhos acadêmicos, um padrão largamente compartilhado e expresso em normas denominadas de 'informação e documentação', que especificam os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos.

Por meio de contatos informais soube-se que é prática em algumas Universidades brasileiras espelharem-se em modelos estrangeiros de produção e divulgação das pesquisas. Objetivando agilizar a disponibilização do vasto conhecimento gerado em seus laboratórios para a comunidade científica essas universidades sugerem o aproveitamento dos artigos científicos e trabalhos de congressos para composição das teses e dissertações.

Dentre as instituições que usam esse modelo foram identificadas a Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais, uma das Unidades da Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho' (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Esse procedimento facilita o trânsito do cientista na sua comunidade através de um fluxo mais dinâmico da informação, e leva à internacionalização da pesquisa.

Nesses modelos de apresentação de teses e dissertações são encontrados aqueles que possibilitam a inserção de artigos científicos como capítulos ou apêndices. A condição para que estes trabalhos sejam aceitos é que tenham sido publicados, ou submetidos para publicação em veículos de divulgação indexados e com fator de impacto alto, isto é: revistas científicas.

Para conciliar as demandas de teses com essa nova estrutura houve uma adaptação de normas nacionais, estrangeiras e institucionais de forma a atender as especificidades de cada área, sem no entanto, moldar rigorosamente os procedimentos que de certa forma inibem a criatividade. Sabe-se que as formas de apresentar e comunicar conhecimentos são construídas socialmente. Nessa medida, a atualização e adaptação de normas ocorrem e são necessárias, como afirma Miranda, José (2003, p. 2):

As associações científicas, editoras e instituições de pesquisa muitas vezes elaboram instrumentos de normalização de uso interno, as quais, pela sua qualidade e pertinência para certas disciplinas, acabam conquistando ampla aceitação.

Também as instituições, de acordo com sua história, cultura e com o cenário social, econômico e tecnológico tendem a promover as adaptações necessárias, a

fim de manter seu funcionamento e alcançar seus objetivos. Embora elas pareçam como dadas, inalteráveis e evidentes, Berger (1976, p. 87), reforça que “É importante ter em mente que a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que apareça ao indivíduo, é uma objetividade produzida e construída pelo homem.”

Dessa forma estabeleceu-se o tema a ser estudado: “Da produção acadêmica à comunicação científica: padronização como instrumento de socialização do conhecimento”.

Iniciados os procedimentos de levantamento da literatura para respaldar a pesquisa surgiram algumas dúvidas de ordem conceitual que precisariam ser esclarecidas antes de prosseguir. Sendo o artigo científico integrante de uma revista científica, a fonte mais respeitada para a comunicação da informação entre os pares, e possuindo características que a distinguem de outros veículos, como podem as teses e dissertações que são constituídas de artigos científicos serem denominadas? Outra discussão quanto à conceituação se refere aos termos produção científica e produção acadêmica.

A partir daí faz-se um apanhado das possibilidades de definições para compreender a tipologia dos documentos gerados nas universidades. Verifica-se também se essas tipologias podem ter algum reflexo nos fluxos de informação, e também se afeta a recuperação e apropriação da informação científica pelos usuários. Esse tema é tratado mais adiante neste trabalho, sendo que se observa que nesse ambiente de incertezas os produtos da criação científica não estão claramente dissociados.

Convencionou-se que neste trabalho tanto o termo ‘produção científica’ como ‘produção acadêmica’ serão utilizados para designar os resultados da atividade dos pesquisadores, estudantes de pós-graduação e professores orientadores. Do mesmo modo, os trabalhos acadêmicos, dissertações e teses por serem requisitos para obtenção de título acadêmico de mestre e doutor respectivamente, serão identificados como “tese”¹.

¹ Tese - a maioria das universidades brasileiras considera como tese os trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação independente do seu nível (mestrado ou doutorado). (FRANÇA, 2001).

Definido o objeto de estudo, considerando-o adequado para os fins pretendidos e estando contemplado pelo referencial teórico próprio da Ciência da Informação, tornou-se necessário proceder à delimitação do universo da pesquisa.

A suposta regularidade das publicações científicas da área de ciências biológicas/médicas e a tendência a adotar recomendações largamente aceitas pelos editores de revistas científicas levou à escolha do referido universo para desenvolver o trabalho. Porém, a multidisciplinaridade inerente à área demonstra que a produção apresenta diversas tendências. Tanto a utilização de padrões nacionais de normalização, quanto regras institucionalizadas por revistas estrangeiras e bases de dados de indexação são adotadas nos trabalhos.

Ficou estabelecido que o estudo se concentraria na área de Ciências Biológicas² da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), composta pelas Unidades de Ensino e Pesquisa: Faculdade de Ciências Médicas (FCM), Faculdade de Educação Física (FEF), Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) e Instituto de Biologia (IB). O detalhamento dessa área é tratado no capítulo “Aspectos metodológicos”.

Quanto à escolha do período, 1999 a 2005, se deve à introdução do “formato alternativo” de apresentação das dissertações e teses defendidas a partir de 1999 na UNICAMP. A publicação da Informação CCPG/001/98 da Comissão Central de Pós-Graduação, permite que os artigos científicos publicados, submetidos para publicação ou em fase de submissão sejam usados como capítulos das teses, ou como apêndices, a critério do orientador. (ANEXO A).

Porém, a flexibilidade dessa orientação tem gerado trabalhos com formatos variados que muitas vezes comprometem sua compreensão. Por exemplo, a relação dos artigos usados como parte da tese são listados em forma de referência no sumário da revista, ou são identificados em nota de rodapé na página inicial do

² A Tabela das Áreas do Conhecimento CNPq, CAPES, FINEP classifica Medicina, Odontologia e Educação Física dentro da grande área Ciências Médicas e da Saúde. A área de Biologia está inserida na grande área Ciências Biológicas. (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS CNPq, CAPES, FINEP, 2005).

artigo dando a conhecer sua situação: publicado, submetido ou a ser submetido, e nem sempre informa o nome da revista. Em outros casos, na apresentação do trabalho o autor dá seus motivos para o tipo de trabalho que está sendo apresentado e discorre sobre a função de cada artigo contido na tese.

A concisão da CCPG001/98 que não especifica detalhes de composição dos trabalhos acadêmicos do tipo dissertação e tese levou os mediadores da informação, bibliotecários juntamente com as comissões de pós-graduação, a elaborarem outros manuais *ad hoc*.

Para analisar o comportamento dos pesquisadores diante desse cenário e colher sua opinião foi realizada uma pesquisa qualitativa com os sujeitos considerados pessoas-chave nesse ambiente. O intuito foi identificar se essa tendência tem chances de se consolidar, pelo menos no universo estudado. O detalhamento do *corpus* da pesquisa e dos procedimentos relativos à parte qualitativa da pesquisa é apresentado no capítulo “Aspectos metodológicos” deste trabalho.

Considera-se importante que sejam realizados estudos do mesmo tipo em outras áreas do conhecimento. Existe probabilidade de se obter resultados diferentes se for levada em conta a diversidade de opiniões, comportamentos e culturas convivendo no ambiente universitário.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

2.1 Ciência da Informação e Informação Científica

A publicação dos resultados de pesquisa tem três objetivos: divulgar descobertas científicas, salvaguardar a propriedade intelectual e alcançar reconhecimento. (OKUBO citado por MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134).

A comunicação pública dos resultados das pesquisas entendida como “comunicação científica” utiliza canais apropriados para divulgar a produção armazenada nos estoques de informação. No entanto, essa produção só se converte em conhecimento na medida em que exista um fluxo de idéias entre a fonte geradora e um receptor da informação, passando pelos processos cognitivos deste último.

Barreto (2005?, p. 1) acredita que “o conhecimento é um processo sempre dinâmico e se realiza fora dos estoques, em um espaço onde os receptores de informação habitam”. Assim, os estoques de informação por si só não geram conhecimento porque são estáticos.

A sociedade moderna vivencia modificações estruturais profundas permeadas de complexidade, foi nesse contexto que surgiu a Ciência da Informação. Essa área do conhecimento é interdisciplinar e se apóia em outras disciplinas, dentre elas: a Lingüística, a Comunicação e a Informática. Seu objeto de estudo é a informação e seus fluxos internos e externos, ou seja, gestão e transferência da informação registrada em qualquer meio ou suporte, com a finalidade de socializar o conhecimento.

Dentre as formas de veicular a informação científica o artigo de periódico é reconhecidamente o canal de comunicação formal mais utilizado e respeitado no meio científico. Ziman (1979) destaca que a publicação dos resultados das pesquisas dentro de padrões autorizados e referendados por um periódico científico

constitui não somente um direito do pesquisador, mas um dever. Esse veículo especializado tem grande alcance e leva também o selo de autenticidade científica através do *imprimatur*³ dado pelo editor e pelos examinadores que ele possa ter consultado.

Ao mesmo tempo, a indexação de revistas nas grandes bases de dados é condicionada a formatos estabelecidos para facilitar o processo de análise de citações e sua quantificação. Esse fato tem consolidado os padrões de apresentação de artigos científicos, em normas nacionais e internacionais.

2.2 Produção Científica

Para definir produção científica, Cavalcanti e outros (2000), fizeram um extenso levantamento chegando à conclusão de que no meio acadêmico existem terminologias distintas para caracterizá-la: produção intelectual, produção acadêmica, produção do conhecimento. Os autores concluem que essas definições sempre agregam os aspectos: contribuição à ciência, reconhecimento pelo meio científico, credibilidade e comunicação.

Qualquer produção científica passa a ser considerada uma efetiva contribuição à ciência se atender a pelo menos quatro requisitos básicos: julgamento e aprovação pela comunidade científica, publicação em veículo amplamente aceito, inserção nos estoques de informação, e apropriação por um receptor.

Por sua vez, o candidato a cientista após a validação pelos pares é inserido no grupo estabelecendo sua reputação, que é o capital que ele conta para obter apoio para seu trabalho. Sua aceitação traz embutida a ascensão na escala social da comunidade, já que fazer ciência é um processo essencialmente social. (SCHWARTZMAN, 1984).

Quanto à forma de comunicação da produção científica, ela atende às peculiaridades de cada área do conhecimento e é feita de acordo com os interesses

³ Imprimatur – licença para imprimir ou publicar, aprovação quando as circunstâncias exigem julgamento de um censor.

envolvidos. As pesquisas e seus resultados são divulgados através de meios tradicionais aceitos pela comunidade científica, que podem ser canais formais e informais.

A forma de divulgação escolhida varia de pesquisador para pesquisador, ou mesmo de instituição para instituição, e entre pesquisadores e outros atores sociais. A publicação é o meio mais reconhecido pela comunidade científica, bem como por instituições que avaliam qualitativa e quantitativamente a produção científica de uma área do conhecimento. (CAVALCANTI e outros 2000, p.7).

Ainda sobre as preferências dos pesquisadores Kobashi e Santos (2006, p. 29) lembram que certas áreas do conhecimento “privilegiam a comunicação da ciência por meio de livros, capítulos de livros ou trabalhos publicados em anais de eventos, sendo secundária a publicação de artigos de periódicos científicos”.

Na concepção de Velho (1997, p. 21) “nas ciências exatas e naturais ⁴ os resultados de investigação são expostos através de artigos nas diferentes revistas científicas, enquanto que nas ciências sociais tais resultados são publicados de maneira relativamente mais freqüente na forma de livros”. A autora discorre sobre várias pesquisas que corroboram essa afirmação e lembra que se deve levar em conta a natureza da pesquisa - se básica ou aplicada, e também a consolidação teórica e metodológica da área, e complementa:

A diferença entre os canais de publicação utilizados preferencialmente pelos pesquisadores de ciências exatas e por aqueles de ciências humanas e sociais não se restringe apenas ao tipo de canal de comunicação escolhido – artigos em revistas especializadas ou livros. Ela se evidencia com respeito ao idioma e ao local geográfico de publicação, ou seja, os pesquisadores de ciências exatas e naturais publicam consideravelmente mais que seus colegas das ciências humanas e sociais em línguas e veículos estrangeiros. (VELHO, 1997, p. 22).

Tanto no caso de livros como de artigos de revistas científicas, grande parte das publicações é resultante de pesquisas desenvolvidas nas universidades, com apoio financeiro de órgãos de fomento e acompanhamento da produtividade científica. Nesse sentido, existe um procedimento amplamente adotado para a

⁴ As áreas de pesquisa tendem a se dividir em: materiais rígidos (hard) com as ciências exatas e naturais: ciência, tecnologia e medicina; flexíveis (soft) humanidades e ciências sociais. (INÁCIO FILHO, Geraldo. A monografia na universidade. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001).

distribuição de recursos que consiste na contagem de publicações, e compõem os critérios de avaliação dos pesquisadores e das instituições.

Schwartzman (1984, p.30) ressalta que “isto tem levado a que alguns cientistas busquem publicar tanto quanto possam, dividindo seu trabalho em ‘unidades mínimas de publicação’, elaborando versões distintas dos mesmos trabalhos para diferentes revistas” (grifo do autor). Esse comportamento tem levado a um crescimento dos estoques de informação, aumento significativo dos veículos de divulgação, além de exercer influências no padrão das publicações.

As práticas de avaliação da ciência e seus respectivos padrões são apontados por Rodrigues (1998), como processos complexos envolvendo a *qualidade política*, o foco principal dos avaliadores e editores e a *qualidade formal*, com seu suporte metodológico expresso em normas de documentação.

O produto tangível da ciência – a publicação, tem sido objeto de vários estudos, tanto em seus aspectos intrínsecos como extrínsecos. Witter (1998, p. 17) distingue cinco aspectos possíveis para a análise de produção científica: discurso, metodologia, temática, enfoques teóricos, análise de dados.

No que diz respeito ao discurso avalia-se o título, autoria, resumo, palavras-chave, estrutura, referências, características discursivas diversas. Em metodologia enfoca-se objetivos, tipologia, sujeitos, materiais e instrumentos. Em temática são estudadas variáveis e conclusões. Nos enfoques teóricos estuda-se a colaboração de cada teoria ou modelo. Em análise de dados, se é qualitativa, quantitativa ou mista.

A partir dessa classificação identificou-se que o presente trabalho se insere na categoria ‘discurso’ pois trata da estrutura da produção acadêmica abordando apenas a apresentação, não incluindo estudo de referências e citações.

2.2.1 Canais de comunicação científica

Na definição de Silveira (2000, p. 20), “Os canais de comunicação, informal e formal, são subsistemas da estrutura do sistema de comunicação da ciência e caracterizam-se por diferenças dentro do processo de produção, disseminação e uso da informação”.

Os canais informais de comunicação científica são geralmente contatos estabelecidos nos eventos das áreas ou através dos colégios invisíveis⁵ que agregam pessoas com interesses comuns, geralmente os membros mais destacados de uma comunidade científica. Esse tipo de comunicação fica restrito a um pequeno grupo, que usa meios eletrônicos, cartas, telefonemas, visitas interinstitucionais, reuniões científicas, relatórios de pesquisa, entre outros. Os canais informais são mais utilizados na parte inicial da pesquisa. Meadows (1999) diz que muitos cientistas consideram a discussão pessoal como a essência da comunicação científica.

Os canais formais de comunicação científica são os meios mais comuns de divulgação utilizados pelos geradores/produtores de informação/conhecimento. São publicações disponíveis e acessíveis a qualquer pessoa, cujo conteúdo pode ser coletado, armazenado e disseminado pelas instituições de pesquisa, editoras e meios de comunicação. As informações transmitidas através desse meio seguem regras e padrões de documentos, para audiências universais, de forma livre e irrestrita. (SILVEIRA, 2000).

O artigo científico, como dito anteriormente, é um dos meios consagrados e mais utilizado pela comunidade científica. Através dele a informação é registrada em canais formais e torna-se pública. Antes do surgimento do periódico científico, os mecanismos utilizados pelos cientistas para contar aos demais pesquisadores suas inquietações e suas tentativas para a resolução de problemas, eram as reuniões promovidas pelas Sociedades Reais e Academias Nacionais. As experiências compartilhadas eram registradas em atas e distribuídas aos membros da sociedade.

“Até aproximadamente meados do século XVII, a comunicação de informações científicas [...] dependia da correspondência particular e da publicação ocasional de livros e panfletos.” (ZIMAN, 1979, p. 117).

⁵ Colégio invisível - “instituição social que pode ser descrita como uma rede de inter-relações e referências cruzadas e de que participa um subgrupo de cientistas de uma determinada disciplina”. (GARVEY, 1979, p. 19 apud OLIVEIRA, 1992, p. 202).

A primeira publicação científica formal apareceu em 1662 na França, seu nome *Journal de Savants* (Jornal dos Sábios), deu origem ao uso do nome Journal (diário, em francês) para designar revistas científicas. Logo depois, em 1665, a Royal Society de Londres fundou a *Philosophical Transactions*, a revista oficial da Academia que deu início ao sistema de revisão dos trabalhos pelos pares e à divisão de recursos na ciência. Em meados do século XX este procedimento já consolidado passou a premiar os melhores pesquisadores e a distribuir poder dentro da comunidade científica. (VELHO, 1997; SABBATINI, 2003). Até hoje a *Philosophical Transactions* é publicada, com algumas alterações, e mantém sua reputação.

Além do artigo científico, são considerados canais formais de informação os livros, trabalhos apresentados em eventos, patentes, dissertações e teses. As teses produzidas nas universidades, são as grandes responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisa básica e também pesquisa aplicada, voltada à formação profissional.

As dissertações e teses são base para geração de inúmeros artigos de periódicos. Durante o desenvolvimento destes trabalhos os pesquisadores elaboram artigos baseados nos resultados parciais obtidos, com a finalidade de os apresentarem nos eventos ou publicarem em revistas da área. Nesse caso, são arbitrados pelas comissões organizadoras dos eventos e pelos *referees*⁶ dos periódicos científicos.

Meadows (1999, p. 164-165), distingue os tipos de publicação oriundos das teses, considerando as áreas do conhecimento:

As pesquisas relatadas em teses podem dar origem a mais de um artigo de periódico. Nas Ciências, menos amiúde nas ciências sociais, o trabalho é redigido para publicação à medida que a pesquisa avança. Nas Humanidades e às vezes nas ciências sociais, uma boa tese pode ser transformada em livro depois de concluída a pesquisa. A condensação do material de uma tese em artigos de periódicos é mais difícil do que resumí-lo na forma de relatórios.

Após a obtenção do grau de mestre ou doutor nos programas de pós-graduação, e ter o trabalho referendado por uma banca examinadora, os

⁶ *Referee* – árbitro, avaliador, revisor, parcerista para fins de análise de trabalhos científicos submetidos para publicação em revistas científicas.

pesquisadores continuam a divulgar seus estudos publicando mais artigos. Dessa forma, mesmo as pessoas que não têm acesso às dissertações e teses, podem tomar conhecimento dos trabalhos desenvolvidos nos meios acadêmicos.

Os canais formais da comunicação científica representam a parte visível (pública) do sistema de comunicação científica e geram as fontes de informação primária, secundária e terciária.

2.2.2 Fontes de comunicação científica e informação

As fontes de informação são geralmente categorizadas como primárias, secundárias e terciárias dependendo de sua origem e proximidade com a fonte de origem. Essa designação difere de acordo com as disciplinas ou assuntos, particularmente entre as denominadas ciências e humanidades. Constituídas do conjunto de documentos gerados pelas diversas áreas do conhecimento, sua organização depende do propósito a que se destina.

Definir fonte secundária é mais difícil do que fonte primária, porque o que um autor chama de fonte secundária para outro autor trata-se de fonte terciária. Portanto, qualificar as fontes de informação não é tão fácil. Garvey (1979) e Miranda (2001), autores consultados para esse trabalho usam a classificação a seguir:

- (1)** Fontes Primárias são os relatórios técnicos, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações, patentes, literatura comercial, normas técnicas entre outros. São os documentos geralmente produzidos com a interferência direta do autor da pesquisa e contém informações originais, ou, pelo menos interpretações novas de fatos já conhecidos. Do ponto de vista da produção, divulgação e controle, as fontes primárias são dispersas.
- (2)** Fontes Secundárias são enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões da literatura, certas monografias e livros-texto, anuários. Apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com um arranjo definido, com a função de organizar o conhecimento disperso nas fontes primárias e facilitar seu acesso.

- (3) Fontes Terciárias são as bibliografias, serviços de indexação e resumos, catálogos coletivos, guias de literatura etc. Têm a função de guiar o usuário para as fontes primárias e secundárias.

2.2.2.1 Artigo científico

Nesta pesquisa se analisa a função e a forma de dois itens que fazem parte das fontes primárias de comunicação científica: artigo científico e teses/dissertações. Para melhor compreensão dos conceitos envolvidos no tema foi feito um mapeamento, de forma a identificar denominações encontradas na literatura. Segundo Harrod (1977):

Artigo: é uma contribuição escrita por uma ou mais pessoas para publicação em um periódico. É um trabalho que expressa o pensamento por meio de linguagens, sinais ou outros meios para fins de comunicação. Quando publicado torna-se um 'trabalho publicado' e passa à condição de Documento, variando em extensão, de um simples *paper*⁷ ou artigo, até uma contribuição para o conhecimento escrito por uma ou mais pessoas e publicado em vários volumes.

Periódico: veículo de divulgação do artigo; é uma publicação com título definido com periodicidade regular, geralmente mais de uma vez ao ano. Contém artigos, histórias ou outros escritos de vários colaboradores. Para os jornais, memórias, anais e revistas científicas publicadas por Associações as regras usuais de catalogação não se aplicam.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) realizada em Paris em novembro de 1964 definiu que o periódico é uma publicação que faz parte de uma série contínua sob um mesmo título publicado em intervalos regulares ou irregulares, num período indefinido. Podem ser também fascículos individuais dessas séries, numerados consecutivamente, ou, cada fascículo numerado.

⁷ Paper é uma breve composição literária especialmente aquela preparada para comunicações públicas.

Journal: jornal ou revista de divulgação, particularmente um periódico publicado por uma Sociedade ou Instituição. Contém notícias, atas preliminares e relatórios de comunicações científicas apresentadas a um Congresso, anais de congressos e trabalhos desenvolvidos numa área específica.

2.2.2.2 Produção Acadêmica: teses e dissertações

Neste trabalho como referido anteriormente, os termos Produção acadêmica e Produção científica serão usados indistintamente. Dentro desse grupo estão as teses e dissertações, principais fontes de disseminação científica de interesse da comunidade científica.

Para Harrod (1977), *Dissertação* é um trabalho acadêmico ou tratado preparado como condição para obter um título ou diploma universitário, e a *Tese* é um sinônimo de *Dissertação*.

Quando o Conselho Federal de Educação instituiu a Pós-Graduação no Brasil através do Parecer 977/65, definiu a *Tese* como um trabalho de pesquisa que representa real contribuição para o conhecimento do tema, sendo exigido para a obtenção do grau de Doutor. A *Tese* requer defesa em sessão pública perante uma Comissão Julgadora e deve ser elaborada com base em investigação original. (BRASIL, 1965).

O mesmo Parecer define *Dissertação* como uma exigência para a obtenção do grau de Mestre. Ela deve evidenciar conhecimento da literatura existente e a capacidade de investigação do candidato, podendo ser baseada em trabalho experimental, projeto especial ou contribuição técnica. A critério do departamento onde está sendo desenvolvida a pesquisa, pode ser exigido outro tipo de trabalho do candidato a Mestre. (BRASIL, 1965).

No entanto, a maioria das universidades brasileiras considera como tese os trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação, produtos das pesquisas desenvolvidas independente do seu nível (mestrado ou doutorado). Abordam um tema único, exigindo investigações próprias à área de especialização e métodos

específicos. A diferença entre tese e dissertação refere-se ao grau de profundidade e originalidade exigidos na tese, defendida na conclusão de curso de doutoramento. (FRANÇA, 2001).

2.2.3 Tipos de comunicação e divulgação científica

Para Witter e outros (1989), independente da área do conhecimento ou do problema estudado, o trabalho científico requer a elaboração de um discurso, cujo fim é primeiramente veicular a informação aos pesquisadores e depois à sociedade.

Portanto, a linguagem utilizada no meio científico é, via de regra, inacessível e incompreensível para o público externo. O sucesso da aproximação dessas duas culturas depende de adaptações que se consolidam através de meios próprios de comunicação.

O campo da divulgação ou popularização da ciência trata de traduzir a linguagem especializada dos cientistas para uma linguagem leiga, visando atingir um público mais amplo. Pode-se definir a divulgação científica como um conceito mais restrito do que difusão científica, e mais amplo que comunicação científica.

Difusão científica refere-se a todo e qualquer processo usado para comunicação da informação científica e tecnológica, podendo ser orientada tanto para especialistas, quanto para o público em geral. No primeiro caso, trata-se de um tipo de comunicação primária, que ocorre entre os próprios cientistas e pode ser denominada também disseminação científica. O segundo, é um tipo de comunicação secundária que ocorre entre os cientistas e o público leigo (diretamente ou pela mediação dos divulgadores científicos), tendo o mesmo significado de divulgação. (BUENO, 1984; EPSTEIN, 2002).

Epstein (2002, p. 238) conclui que

a comunicação primária, por várias razões, demanda menos persuasão do que a comunicação secundária. Se o discurso da comunicação primária é predominantemente denotativo, o da secundária é uma metalinguagem que remete a um sistema de conotação (Comunicação da Ciência) em que novas significações se adicionam ao discurso inicial da comunicação primária.

Os processos de comunicação da ciência estão diretamente vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico das nações e criam condições para a valorização dos indivíduos, na medida em que incorporam conhecimentos que promovem a sua integração. Ao adquirir valor estratégico a informação científica e tecnológica tornou-se objeto de atenção especial por parte dos governos.

As inovações sociais e tecnológicas recentes introduziram modificações tanto no terreno informal quanto formal do campo da comunicação. As novas mídias e as alternativas de publicações científicas eletrônicas estão mudando a natureza das publicações e validação de trabalhos científicos. Portanto, novos padrões de submissão de trabalhos terão que ser assimilados pelos criadores da ciência.

3 NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS: INSTITUCIONALIZAÇÃO

Normalizar é o processo de estabelecer e aplicar regras a fim de abordar ordenadamente uma atividade específica, para o benefício e com a participação de todos os interessados e, em particular de promover a otimização da economia, levando em consideração as condições funcionais e as exigências de segurança. (CONHEÇA..., 1995, p. 11).

Em geral a normalização é um mecanismo essencial para manter a qualidade dos produtos e serviços, de modo a assegurar que as trocas entre os países e regiões sejam benéficas para os que estão nelas envolvidos. Existem vários níveis de normalização e várias Normas e Diretrizes elaboradas por organismos representativos das nações, que facilitam o diálogo e o comércio internacional.

No caso das publicações, a criação de padrões está vinculada à idéia de que eles favorecem o acesso, recuperação e disseminação da informação armazenada em forma impressa, eletrônica ou qualquer meio. O intercâmbio de informações obedece a padrões institucionalizados que facilitam a internacionalização da pesquisa e a inserção dos pesquisadores na comunidade científica. Essas trocas são benéficas para o desenvolvimento científico e tecnológico das nações, auxiliando a cooperação nas esferas intelectual, científica, tecnológica, econômica e social.

A utilização de normas para redação científica serve para harmonizar as peculiaridades de cada área do conhecimento, servindo como suporte para a uniformização dos meios de expressão e comunicação do campo científico. Nesse contexto a Universidade, como ambiente gerador de conhecimento e espaço privilegiado de reflexão, deve promover a pluralidade de pensamentos e em conseqüência, as formas de abordagem e interpretação da realidade. Dessa forma, incentiva também a melhora da qualidade formal da produção gerada em seus laboratórios. (RODRIGUES, 1998).

Com efeito, as instituições de pesquisa, especialmente as Universidades, passaram a descentralizar as orientações quanto à apresentação de dissertações e teses produzidas pelos estudantes de mestrado e doutorado. Assim, as Comissões de Pós-Graduação e os orientadores passaram a definir os procedimentos a serem adotados em cada departamento. Alguns optam por acatar as normas nacionais, como ABNT, enquanto outros permitem que os alunos façam suas próprias escolhas.

Constata-se, por outro lado, que as orientações relativas à produção de trabalhos acadêmicos são fontes de controvérsias, não sendo assimiladas pelos pesquisadores, que ignoram tanto os padrões até então vigentes, quanto as diretrizes emergentes. Nessa medida, são encontrados desde trabalhos acadêmicos calcados em modelos prévios, que apresentam os componentes tidos como básicos: introdução, objetivo, justificativa e metodologia, até modelos que podem ser considerados inéditos.

Essa situação indica que as Instituições devem oferecer aos pesquisadores o necessário suporte na fase de publicação do resultado de suas pesquisas. Faqueti (2005) lembra que o uso de orientações providas de fontes confiáveis, facilitam, por exemplo, a realização das etapas de identificação de documentos e referência de fontes de informação. Isso possibilita ao pesquisador confirmar as autoridades no assunto e conseqüentemente aprimorar as pesquisas.

Por sua vez, o surgimento de novas normas é conseqüência das tendências do mercado, ou no caso aqui estudado, da demanda dos pesquisadores. O procedimento tradicional para que as mudanças sejam efetivadas é a reunião dos interessados no assunto, que fazem sugestões que atendam à maioria. Mas “não basta criar normas, é fundamental que as pessoas da instituição encontrem significado no uso delas para que passem a ser incorporadas no cotidiano das atividades”. (FAQUETI, 2005, p. 9).

Em 1973 Fonseca (p. 69) defendia veementemente uma uniformização internacional das técnicas de redação, editoração e impressão das publicações, para garantir a internacionalização da comunicação científica. Segundo ele, “há normas

internacionais para apresentação de trabalhos científicos, desde os originais datilografados, passando pela correção de provas até a impressão final”. (FONSECA, 1973, p. 32). O mesmo autor aponta a necessidade do envolvimento dos sujeitos que produzem, organizam e divulgam a informação científica para que esta atinja o seu objetivo:

[...] os autores e editores têm obrigação de conhecer as normas de comunicação científica e os veículos dessa comunicação devem ser normalizados para que as informações neles contidas cheguem mais rapidamente ao conhecimento dos interessados. (FONSECA, 1973, p. 55-56).

Na mesma linha de pensamento, Cunha (1973, p. 62 citado por RODRIGUES, 1998, p. 151), defende a necessidade de serem estabelecidos padrões formais para garantir a qualidade da produção científica em todas as suas fases – desde a primeira comunicação de uma idéia até a apresentação do relatório final.

Rodrigues (1998), também ressalta a normalização como um dos aspectos da qualidade da produção científica, lembrando que as inúmeras tarefas típicas do trabalho intelectual demandam atenção equilibrada do pesquisador para o duplo aspecto da qualidade: há que cuidar do conteúdo e há que atender às exigências de apresentação formal, propiciada pelo uso da normalização como suporte.

Porém, é preciso que os procedimentos relativos à estrutura do trabalho sejam suficientemente flexíveis para abrigar a diversidade e contemplar a criatividade, como expressa Mills (1982): os esquemas rígidos de organização podem tornar o ato de pesquisar uma tarefa maçante, inibindo a criatividade, que é a característica principal do artesanato intelectual.

Dentre os benefícios da normalização podem ser destacados aqueles de caráter qualitativo de difícil medição embora possam ser observados, e os benefícios quantitativos que podem ser medidos. No que se refere à área da produção e divulgação científica podem ser considerados benefícios qualitativos: disciplina da produção, uniformidade do trabalho, registro do conhecimento tecnológico, e porque não, a racionalização do uso do tempo. Quanto aos benefícios quantitativos pode-

se dizer que a padronização e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços facilitam a transferência de informações codificadas. (CONHEÇA..., 1995, 2006).

Uma norma tem caráter prescritivo e não didático, ela diz as condições que devem ser obedecidas e se supõe que essa decisão é resultado do consenso de um grupo. Portanto, de acordo com mudanças históricas, políticas e culturais as instituições tendem a criar suas diretrizes e guias de normalização tendo como base normas nacionais, que por algum motivo não estejam adequadas às necessidades locais.

3.1 Objetivos da Normalização

A normalização sistemática teve grande impulso com o desenvolvimento da tecnologia, após os séculos XVII e XIX. Dentre os objetivos da normalização podem ser destacados: simplificação, que reduz a crescente variedade de procedimentos e tipos de produtos; comunicação, que proporciona meios mais eficientes para a troca de informações, melhorando a confiabilidade e possibilitando à comunidade aferir a qualidade dos produtos; eliminação de barreiras comerciais, evitando a existência de regulamentos conflitantes sobre produtos e serviços em diferentes países facilitando assim o intercâmbio comercial; economia, que visa à economia global, tanto do lado do produtor quanto do consumidor; segurança, como um dos principais objetivos da normalização quanto à proteção da vida humana e da saúde; proteção ao consumidor, dando à comunidade a possibilidade de aferir a qualidade dos produtos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006; CONHEÇA..., 1995;).

3.2 Entidades de padronização

Os processos de normalização são estabelecidos por entidades internacionais, regionais e nacionais.

No âmbito *Internacional* as entidades de padronização são representadas pela International Organization for Standardization (ISO), uma federação mundial integrada por organismos nacionais de normalização, contando com um representante por país. Estabelecida desde 1947, é uma organização não

governamental, da qual a ABNT é membro fundador. (CONHEÇA..., 1995, p. 18; LATIMER, 1997).

Outra entidade de nível internacional é a International Electrotechnical Commission (IEC), uma federação constituída nos mesmos moldes da ISO. Estabelecida em 1906, atua especificamente na normalização internacional no campo da eletricidade. As demandas de padronização *Regionais* são representadas por entidades como:

- 1) Comissão Pan Americana de Normas Técnicas (COPANT), uma associação civil sem fins lucrativos congregando a maioria dos países da três Américas: do Norte, do Sul, Central e Caribe. Conta também com a participação, na categoria de membros aderentes, dos organismos nacionais de normalização da Espanha, França, Itália e Portugal.
- 2) Asociación Mercosur de Normalización (AMN), uma associação sem fins lucrativos, não governamental e reconhecida pelo Grupo Mercado Comum no ano de 2000. É o único organismo responsável pela gestão da normalização no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Antigo Comitê MERCOSUL de Normalização (CMN), criado em maio de 1992 e integrado pelos países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Com a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, que estabeleceu a entrada em funcionamento do MERCOSUL, a partir de janeiro de 1995, os países que o integram sentiram a necessidade de estabelecer Normas Técnicas para atender a demanda do intercâmbio de produtos e serviços na região e formalizar os procedimentos de troca entre os países. As normas Mercosul adotadas como normas brasileiras são identificadas pela sigla NBR NM. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006; CONHEÇA..., 1995, p. 19; AMN, [2006]).
- 3) The European Committee for Standardization (CEN - Europa), é o Comitê Europeu de Normalização, organismo regional de normalização para a maioria dos setores. Tem o objetivo de eliminar as barreiras internas de circulação de bens e promover o desenvolvimento dos países membros. As

normas européias (EN) são obrigatoriamente adotadas como normas nacionais pelos seus membros e são reconhecidas pela União Européia como referência para o Mercado Único Europeu.

Dentre as entidades *Nacionais* que representam os interesses dos países em termos de padronização encontram-se: *Association Française de Normalisation* (AFNOR), que é a Associação Francesa de Normalização; *American National Standards Institute* (ANSI), “a principal organização norte-americana envolvida na definição de padrões incluindo as normas técnicas mais comuns para terminais de computador como o ASCII. Atua como delegada dos Estados Unidos para a ISO” . (SANTOS, 2003, p. 16); *Deutsches Institut für Normung* (DIN) da Alemanha; *Japanese Industrial Standards Committee* (JISC), representando o Japão; *Centre Nazionale Italiano di Unificazione* (UNI) entidade Italiana; *British Standards Institution* (BSI) da Inglaterra; *Instituto Argentino de Racionalización de Materiales* (IRAM), Argentina, e no Brasil a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No Brasil, a ABNT é reconhecida como Foro Nacional de Normalização sendo uma entidade privada, sem fins lucrativos e responsável pela normalização técnica em várias áreas. Criada em 1940 para fornecer a base necessária ao desenvolvimento tecnológico do país, representa o Brasil nos assuntos estratégicos de interesse da indústria e da sociedade brasileira junto às entidades internacionais ISO e IEC. Em nível regional a ABNT representa o Brasil na COPANT e CMN e colabora com organismos similares estrangeiros. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006).

A finalidade da ABNT “é ser o local de compatibilização dos interesses públicos, empresas industriais e consumidor”. (SANTOS, 1982, p. 26). Tem como objetivos: elaborar normas nacionais e fomentar seu uso nos campos científico, técnico, industrial, comercial, agrícola, serviços e documentação entre outros, além de manter sua atualização. Dessa forma, cada área da ABNT possui Comitês (CBs), cuja responsabilidade é cuidar do planejamento, coordenação e controle das atividades de normalização técnica desenvolvidas por Comissões de Estudo, que por sua vez, têm a missão de “garantir o consenso de todos os envolvidos, direta e indiretamente na elaboração de suas normas”. (SANTOS, 1982, p. 26). Essas

Comissões reúnem profissionais das mais diversas áreas, que através de consenso analisam e debatem propostas de projetos de norma. Obtido o consenso, o projeto é submetido à votação nacional, após a qual poderá, então, passar à condição de Norma Brasileira (NB). O Comitê Brasileiro que trata das normas de documentação é o CB-14 (Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e *Documentação*), responsável pela atualização, aprovação e publicação de normas aplicáveis à produção intelectual. (FÓRUM SOBRE ATUALIZAÇÃO DA NBR 6023, 1998).

Vale ressaltar que a introdução das tecnologias nos processos de produção e divulgação do conhecimento modificou os fluxos, fazendo com que as regras e normas existentes deixassem de atender aos interesses da comunidade científica. Por esse motivo, o CB-14 tem trabalhado no sentido de fazer com que os pesquisadores tenham mais facilidade no uso dos instrumentos de normalização sem, no entanto, comprometerem sua capacidade criativa.

[...] Pautada nas diretrizes da ISO, [a ABNT] vem realizando esforços no sentido de viabilizar, através das normas, a melhoria da qualidade em vários campos. Especificamente no campo da documentação, a melhoria da qualidade formal das publicações brasileiras tem sido uma de suas metas. Tais esforços objetivam, dentro das amplas perspectivas de normalização, facilitar a comunicação, a circulação e o intercâmbio de idéias em nível nacional e internacional. (RODRIGUES, 1998, p. 151).

Dentre as normas de Documentação da ABNT está a Norma NBR 14724/2005: Informação e Documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação, que é abordada neste trabalho. Ela trata da estrutura de dissertações e teses - além das monografias de conclusão de cursos -, e visa orientar a 'uniformidade dos meios de expressão e comunicação'. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005). Embora atualizada recentemente, essa norma continua sendo objeto de adaptações pelas instituições de ensino e pesquisa para atender a diversos interesses. Esse fato historicamente conhecido dá origem a diversos manuais *ad hoc* e diretrizes, que nem sempre correspondem às necessidades dos pesquisadores, além de não atenderem a todas as áreas do conhecimento.

Tremel (1998) aponta três aspectos importantes que podem influenciar na aceitação, ou não, das normas técnicas, especialmente quando se trata de documentação: a língua, os códigos editoriais e os códigos bibliográficos.

O código lingüístico, muitas vezes é usado como instrumento de comunicação por certas categorias profissionais atribuindo significados que nem sempre são os significados que as demais pessoas conhecem. Como exemplo a autora cita o fato dos bibliotecários adotarem barras, dois pontos e traços para comunicarem algo que nem sempre aparece claramente no contexto, mas que para eles tem um sentido.

O segundo aspecto – códigos editoriais, se refere aos diversos interesses envolvidos na produção e divulgação dos textos, desde o produtor do conteúdo até o editor, que muitas vezes determinam saídas que conflitam com o que preconiza uma norma, que está voltada para uma outra necessidade.

A autora considera o terceiro elemento - códigos bibliográficos, o mais desenvolvido. Ele é representado pelas necessidades de organização da informação e do conhecimento, necessidades bibliográficas, organização dos acervos, disseminação e pela organização dos bancos e bases de dados.

3.3 Tipos de Normas

Existem normas cujos níveis de elaboração e aplicação podem ser:

- 1) Internacionais: resultantes da cooperação e acordo entre um grande número de nações com interesses comuns. Destinam-se a estabelecer o uso internacional das normas e baseiam-se, principalmente na atuação da ISO, que trata da normalização de uma maneira geral; na IEC, especializada no setor eletro-eletrônico; do Bureau International de Poids et Mesures (BIPM); da Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML) e do CODEX Alimentarius Commission, responsável pela área de saúde e alimentos.
- 2) Regionais: são normas estabelecidas por um grupo limitado de países de um mesmo continente, ou por organismos de normalização regional, para benefício mútuo;
- 3) Nacionais: normas elaboradas e publicadas por uma organização nacional de normas reconhecida como autoridade no respectivo país, após consenso dos interessados;

- 4) Empresariais: estabelecidas por empresas, grupos empresariais ou outras instituições, de acordo com interesses locais;
- 5) De Associações: normas preparadas por grupos de determinados setores (industrial, comercial);
- 6) Individuais: normas escritas ou não, utilizadas por usuário individual, para elaboração de produtos e especificação de procedimentos. Usada por exemplo, para transmitir para aos descendentes de uma família processos de fabricação de vinho, artesanato, pão, etc. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006; CONHEÇA..., 1995, p. 12; SANTOS, 1982, p. 26;).

3.4 Manuais, diretrizes e recomendações

As diferentes áreas do conhecimento têm convenções próprias quanto à estrutura de apresentação de trabalhos. Essa estrutura pode ser entendida como a forma global da publicação, que coloca o conteúdo numa seqüência clara e lógica, constituída, por exemplo, de introdução, metodologia, resultados e discussão. (MEADOWS, 1999, p. 174). O parecer de Meadows encontra respaldo num dos princípios fundamentais da comunicação, segundo a qual a compreensão de uma mensagem depende do compartilhamento de códigos. Decorre daí que mensagens formatadas segundo convenções largamente compartilhadas terão maior chance de serem compreendidas. Nessa medida, parecem justificar-se plenamente os esforços no sentido de estabelecer procedimentos para apresentação de trabalhos acadêmicos que sejam conhecidos e compartilhados pelos pesquisadores.

Do mesmo modo, nas atividades de Comunicação Científica a existência de padrões permite elaborar avaliações mais consistentes e objetivadas. Os grandes bancos de dados têm normas e diretrizes para que os registros sejam inseridos em suas bases de forma padronizada, para que sejam mantidas sua qualidade e a confiabilidade. Baseados nestes critérios é que se fazem as análises de impacto das publicações indexadas. O fator de impacto é calculado levando em consideração o total de artigos publicados por uma revista em determinado período, por exemplo um ano, e o número total de citações destes artigos no ano subsequente, independente da revista em que aparecem as citações. (SCAF, 2004).

Com base nos resultados dessas análises se avalia o estágio de desenvolvimento de uma área do saber, os indicadores do desenvolvimento científico de um país ou região, e também indicadores de desempenho individuais de pesquisadores e das instituições perante a ciência.

Em relação aos periódicos, é sabido que cada revista pode adotar padrões próprios para receber originais personalizando a publicação, o que de certa forma transforma cada periódico em “instituição” com vida própria.

Ao lado disso, as instituições criam mecanismos para atender suas demandas. Eles são construídos socialmente em comum acordo entre os membros interessados e são representados por manuais, diretrizes e recomendações, geralmente elaborados com base em outros documentos com a mesma finalidade, e com as adaptações necessárias.

3.4.1 Práticas de Produção Acadêmica

Nessa pesquisa estudamos um exemplo de adaptação de normas. Trata-se da Informação CCPG/001/98, documento elaborado pela Comissão Central de Pós-graduação da UNICAMP (CCPG), cujos representantes são os coordenadores de Programas de pós-graduação e outros membros da comunidade acadêmica. Esse documento é oriundo de uma primeira manifestação feita em 1995 por alguns docentes, que sugeriam que os estudantes de pós-graduação pudessem aproveitar sua produção científica, já publicada em revistas da área, como parte de suas dissertações e teses. Pautados em sua experiência no exterior, esses professores consideraram que esse modelo poderia ser adotado pela Universidade, o que deu origem à formalização do referido documento em 1999.

A utilização de teses constituídas de trabalhos publicados em veículos de divulgação referendados, e apresentadas para defesa de linhas de pesquisa são comuns em países estrangeiros. Por esse motivo a CCPG, num consenso entre seus integrantes aprovou essa nova modalidade de trabalho acadêmico para a UNICAMP. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa soube-se que alguns pontos da referida Informação estão sendo discutidos, o que resultará em nova versão que

em breve será divulgada. Portanto, o presente estudo se baseia na versão em vigor atualmente.

No universo abrangido por essa pesquisa encontram-se várias orientações usadas pelos pesquisadores. Além das normas específicas das revistas científicas, a área biomédica utiliza com frequência as recomendações do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) conhecido como “Grupo de Vancouver”, que orienta a maioria das publicações da área, tanto em relação aos aspectos formais quanto legais e éticos.

Ainda, devido à diversidade, característica da Universidade, que abriga culturas e padrões específicos das disciplinas, existem também diversas sugestões de normalização a serem seguidas. Dentre elas identificamos: American Psychological Association (APA), International Organization for Standardization (ISO) e a própria ABNT, entre outras. Nesse contexto as orientações internas, disponíveis nas bibliotecas ou secretarias de pós-graduação da área de ciências biológicas são combinações da NBR14724/2005 da ABNT, Diretrizes de Vancouver, Informação CCPG/001/98 e Informação CCPG/001/00 da UNICAMP. (ANEXO A; ANEXO B).

Quando se trata de normas de apresentação de trabalhos, de qualquer natureza, é importante verificar como elas são constituídas. A ABNT, a exemplo da ISO, orienta cada parte do trabalho com uma norma específica elaborada e atualizada por diferentes grupos de estudos. Assim, normas de citações no texto, referências, sumário e resumos, entre outras, são documentos diferentes. As diretrizes do Grupo de Vancouver são apresentadas num documento único e incluem orientações sobre aspectos éticos e legais da pesquisa.

Portanto a informação para ser adequadamente registrada está condicionada a determinados padrões que facilitam sua inserção num sistema de informações, seu armazenamento, circulação, e disseminação. Nesse sentido a Ciência da Informação e as áreas correlatas como a Biblioteconomia, Arquivologia e Comunicação buscam orientar a estrutura formal dos documentos para que se possa atribuir uma codificação que permita sua recuperação e a conseqüente socialização do conhecimento.

4 Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa de base qualitativa e exploratória utiliza métodos de levantamento e interpretação de dados que permitem conhecer e caracterizar o contexto estudado. É exploratória porque como define Gil (1999), esse tipo de pesquisa tem como objetivo desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos. É muito utilizada quando existem poucos estudos sobre o assunto, e torna-se necessário um primeiro olhar sobre o campo para conhecê-lo melhor e também para abrir perspectivas futuras.

Desenvolvida no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tendo como objeto de estudo as teses e dissertações da área de Ciências Biológicas que compreende a Faculdade de Ciências Médicas (FCM), que oferece nove cursos de Mestrado, oito de Doutorado e um Mestrado Profissional; Faculdade de Educação Física (FEF) que oferece cinco cursos, sendo que o Mestrado teve início em 1988 e o Doutorado em 1993; Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) que oferece sete cursos de Mestrado, seis de Doutorado e um curso de Mestrado Profissional; e Instituto de Biologia que oferece seis cursos de Mestrado e Doutorado, cada um com objetivos, requisitos e desenvolvimentos específicos. O período delimitado foi de 1999 a 2005.

Os procedimentos foram divididos em três fases: levantamento e análise do *corpus* da pesquisa, levantamento e análise dos manuais, normas e diretrizes e pesquisa qualitativa por meio de entrevistas.

A amostra dessa pesquisa foi tratada com a técnica de amostragem não-probabilística intencional considerada a mais adequada para o caso, isto significa que as pessoas escolhidas para opinar “[...] pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe-se que essas pessoas, por palavras, atos ou atuações, têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais” (MARCONI, 1982, p. 47). Com

efeito, os interlocutores abordam aspectos importantes, que contribuem para a compreensão da dinâmica da produção científica atual constituindo um volume extenso de informações. Faz-se necessária a seleção dos itens de interesse da pesquisa e de um método para validar os dados.

Luna (1999, p. 19) ressalta que “respostas a um questionário, transcrições e entrevistas, documentos, registros de observações representam apenas ‘informações’ à espera de um tratamento que lhes dê sentido e que permita que a partir delas se produza um conhecimento até então não disponível”. Por isto, as respostas das entrevistas foram devidamente categorizadas de acordo com os objetivos e hipóteses da pesquisa.

A escolha do método para interpretar as entrevistas foi respaldada em Richardson (1999, p. 243), que indica a análise por categorias e temas, uma técnica eficaz e bastante utilizada:

Dentre as diversas técnicas de análise de conteúdo a mais antiga e mais utilizada é a análise por categoria, que se baseia na codificação de um texto em diversos elementos, os quais são classificados formando grupos analógicos. Entre as possibilidades de categorização, a mais utilizada, mais rápida e mais eficaz, é a análise temática. Consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira. (RICHARDSON, 1999, p. 243).

Bardin (1977, p. 37, grifos do autor), se refere à técnica de análise de conteúdo como um *conjunto de técnicas de análise de comunicações*, que “consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas ‘gavetas’ segundo *critérios* susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial”. O autor afirma que “tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou se espera encontrar”.

4.1 Levantamento e análise do *corpus* da pesquisa

Buscou-se em primeiro lugar identificar os trabalhos publicados no formato convencional, isto é, com elementos textuais historicamente considerados obrigatórios: introdução, objetivos ou proposição, justificativa, revisão de literatura,

materiais e métodos, resultados, discussão e conclusão, devidamente explicitados no sumário.

Os trabalhos denominados ‘teses alternativas’, foram alvo de análise mais atenta para os fins pretendidos neste estudo. A característica desse material é a inserção de artigos científicos publicados ou submetidos para publicação, como capítulos ou apêndices, sem no entanto, deixar clara a existência dos mesmos. Em consequência são encontrados diversos tipos de dissertações e teses numa mesma área.

Para identificar o total de teses defendidas na área de ciências biológicas da UNICAMP no período de 1999-2005, procedeu-se a um levantamento no site da PRPG. Esses valores foram comparados com a análise dos trabalhos disponíveis nos acervos das bibliotecas. Foram observadas divergências nos totais, possivelmente porque no momento do levantamento o material estivesse emprestado para o serviço de Comutação, ou em fase de preparo para a Biblioteca Digital. Também, existe a possibilidade de que os processos de incorporação nos acervos não estivessem concluídos. Mas considera-se que isto não invalida os resultados da pesquisa, já que a quase totalidade dos documentos foi analisada dentro do período estabelecido.

Nesse levantamento foram registrados dados relativos a: grau acadêmico, ano de defesa, inclusão ou não de artigos nos trabalhos, tipo de publicação e situação dos mesmos (publicado, aceito, submetido, a ser submetido), além da língua utilizada e informações de co-autoria. Os dados foram registrados em planilha eletrônica para posterior cruzamento de informações. Embora os dados de co-autoria e língua não tenham sido alvo de estudo neste trabalho, no momento da coleta não se tinha definido se essas informações seriam importantes para a contextualização.

A Tabela 1 representa os dados informados na página da PRPG em relação ao total de dissertações e teses defendidas no período de 1999 a 2005 na área de Ciências Biológicas, e a Tabela 2 demonstra a quantidade de dissertações e teses analisadas.

Tabela 1 - Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado defendidas na Área de Ciências Biológicas da UNICAMP - 1999 a 2005

Ano/Unid		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL	Total Geral
FCM	M	75	57	197	215	170	177	145	1036	
	D	35	46	86	90	62	103	128	550	1586
FEF	M	37	23	23	27	47	41	23	221	
	D	11	11	14	12	14	12	15	89	310
FOP	M	71	84	87	82	89	53	87	553	
	D	42	45	67	54	49	57	73	387	940
IB	M	64	77	81	92	87	76	59	536	
	D	52	48	53	70	73	76	77	449	985
TOTAL		387	391	608	642	591	595	607	3821	3821

Fonte: UNICAMP, 2006

Tabela 2 - Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado da área de Ciências Biológicas da UNICAMP, analisadas segundo o ano de defesa –1999 a 2005

Ano/Unid		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL	Total Geral
FCM	M	81	70	200	214	164	172	91	992	
	D	36	51	86	86	59	102	82	502	1494
FEF	M	38	20	23	21	42	33	18	195	
	D	13	10	15	11	19	12	14	94	289
FOP	M	67	71	81	81	83	51	74	508	
	D	38	46	64	51	45	55	66	365	873
IB	M	64	73	78	91	85	75	59	575	
	D	52	49	53	70	71	77	83	405	980
TOTAL		389	390	600	625	568	577	487	3636	3636

A análise do acervo da FCM compreendeu 94,2% do total de teses de mestrado e doutorado defendidas no período de 1999 a 2005. Durante o período do levantamento, que foi realizado entre maio de 2005 a junho de 2006 não estavam disponíveis no acervo 5,8% dos documentos. Embora tenham sido observadas divergências de dados em todos os anos pesquisados, tanto para mais como para menos, a diferença mais significativa se refere ao ano de 2005 que corresponde a 100 itens.

O acervo da FEF compreendeu a análise de 93,23% do número total de teses de mestrado e doutorado defendidas no período. Não foram analisadas 6,77% delas porque não se encontravam no acervo quando o levantamento foi realizado. A biblioteca da FEF efetua empréstimos deste tipo de material, isto explica em parte a divergência dos dados.

O levantamento e análise do material da FOP foi feito parte no acervo da Biblioteca Central, que mantém um banco de teses da Universidade, e parte na biblioteca da FOP no período de junho e julho de 2006. Foi constatado que 7,13% das teses não estavam disponíveis para consulta, portanto 92,87% foram analisadas. A biblioteca da FOP faz empréstimo domiciliar das teses, isto pode explicar a diferença.

No acervo do IB foi encontrado 99,49% do número total de teses de mestrado e doutorado defendidas no período, não foram analisadas 0,51% delas. Esse levantamento é o mais completo dentre os realizados e pode-se atribuir o fato ao tempo dedicado a ele. Como a pesquisa estava no início as atividades de levantamento começaram nessa biblioteca em maio de 2005 e depois foram atualizadas em julho de 2006. O acervo de teses desta Unidade não é circulante, provavelmente por isso foi possível encontrar a maioria dos documentos.

A Tabela 3 demonstra as informações sobre as teses analisadas, tanto em formato tradicional como alternativo. Esses dados foram anotados e posteriormente registrados em planilha eletrônica, que através da aplicação de filtros permitiu diversas combinações.

Tabela 3 - Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado analisadas, segundo o formato - 1999 a 2005

Ano Defesa Fac./Instituto	1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		TOTAL	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	N°	%
FCM																
Formato Tradicional	74	34	63	46	177	77	193	74	143	48	134	70	65	48	1246	83,4
Formato Alternativo	7	2	7	5	23	9	21	12	21	11	38	32	26	34	248	16,6
FEF																
Formato Tradicional	38	13	20	10	23	14	21	11	42	19	33	12	17	14	287	99,31
Formato Alternativo							01							01	02	0,69
FOP																
Formato Tradicional	66	37	70	44	78	61	74	42	76	41	45	37	63	48	782	89,58
Formato Alternativo	1	1	1	2	3	3	7	9	7	4	6	18	11	18	91	10,42
IB																
Formato Tradicional	48	31	51	30	56	25	54	31	59	30	49	32	42	37	575	58,67
Formato Alternativo	16	21	22	19	22	28	37	39	26	41	26	45	17	46	405	41,33

4.2 Levantamento e análise dos manuais, normas e diretrizes

Na fase de identificação das normas, manuais e diretrizes *ad hoc* utilizados para formatar os trabalhos apresentados aos programas de pós-graduação foram realizadas buscas nas homepages das bibliotecas e das secretarias de pós-graduação. Posteriormente através de contatos com os responsáveis pelas informações - pessoalmente ou por telefone, verificou-se a atualidade e validade das mesmas.

A análise desse material compreendeu a verificação dos elementos considerados essenciais e complementares na estrutura básica dos trabalhos acadêmicos tradicionais. O Quadro 1 aponta os elementos comuns a essas normas observando que a NBR 14724/2005 é base para as demais orientações e diretrizes, com algumas adaptações quanto à ordem dos elementos como resumo e abstracts, listas de ilustrações, apêndices e anexos e sumário. Para o formato alternativo foi prevista a inclusão de artigos.

Além dessas adaptações, outros itens são acrescentados dependendo do tipo de pesquisa. Por exemplo, os documentos recomendados pelo grupo de Vancouver quando se refere aos aspectos éticos da pesquisa: parecer do Comitê de Ética na Pesquisa da Instituição, declaração de consentimento para participar de pesquisas que envolvam pacientes, documento que informe a inexistência de conflitos de interesse, entre outros. Esses documentos são identificados como anexo ou apêndice.

Quadro 1 - Comparativo da disposição de elementos na estrutura de teses, dissertações e monografias (* itens obrigatórios)

Estrutura	Elementos (* obrigatórios, ** adaptações)	ABNT/NBR 14724/2005	UNICAMP CCPG 001/98	Manual FEF	Manual FCM	Manual FOP	Manual IB
Pré- textuais	Capa *	X	X	X	X	X	X
	Lombada	X					
	Folha de rosto *	X	X	X	X	X	X
	Ficha catalográfica (verso da folha de rosto) *		X				
	Errata	X		X	X		
	Folha de aprovação *	X		X	X		
	Páginas preliminares	X					
	Dedicatória(s)	X		X	X		
	Agradecimento(s)	X		X	X		
	Epigrafe	X		X	X		
	Resumo na língua vernácula *	X	X		X		X
	Resumo em língua estrangeira *	X	X		X		X
	Listas						
	Lista de ilustrações	X		X	X		
	Lista de tabelas	X		X	X		
	Lista de abreviaturas e siglas	X		X	X		
Lista de símbolos	X		X	X			
Lista de gráficos	X		X	X			
Sumário *	X		X	X			
Textuais	Introdução	X	X	X	X	X	X
	Revisão de literatura			X	X	X	
	Desenvolvimento	X	X	X	X	X	
	Capítulos e Apêndices com cópia de artigos **	X	X	X	X	X	
	Conclusão	X	X	X	X	X	
Pós- textuais	Referências *	X	X	X	X	X	X
	Bibliografia consultada			X	X		
	Bibliografia normativa			X	X		
	Glossário				X		
	Apêndice (s)	X	X		X		X
	Anexo (s)	X	X		X		X
	Índice (s)	X	X		X		X

4.3 Pesquisa Qualitativa

O estudo qualitativo compreendeu a aplicação de entrevistas com base em um roteiro semi-estruturado, que foi encaminhado com antecedência aos interlocutores. Os elementos da população selecionados foram: os coordenadores dos quatro programas de pós-graduação, representantes dos professores/orientadores dos respectivos programas; quatro bibliotecárias de referência que atuam nas faculdades e no instituto estudado, peças-chave na intermediação da informação. Nesse grupo foi incluída a bibliotecária do Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (CAISM), que mantém uma biblioteca com materiais de interesse dos pesquisadores da área.

As entrevistas foram agendadas por telefone e realizadas no ambiente de trabalho dos interlocutores, exceção da bibliotecária da FOP, que concedeu a entrevista na Biblioteca Central. Com a autorização dos sujeitos as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e categorizadas de acordo com os temas definidos no roteiro de entrevistas.

A entrevista segundo Kerlinger, (1980, p. 350),

é um instrumento usado para obter informações das pessoas fazendo perguntas diretas a elas, ou de forma indireta, fazendo com que respondam a algum tipo de estímulo estruturado. Algumas vezes a entrevista é único meio de se obter a informação necessária para uma pesquisa, e tem certas vantagens que outros métodos não têm. O pesquisador pode, por exemplo, depois de fazer uma pergunta geral, sondar as razões das respostas dadas e ir mais abaixo da superfície das respostas, determinando razões, motivos e atitudes.

Richardson (1999), reforça a possibilidade de enriquecer uma pesquisa através do uso da entrevista, que segundo ele, é um instrumento que permite uma abordagem qualitativa fundamentada no estudo de caso e

tem por objetivo colher informações sobre determinado assunto ou problema. O uso de perguntas fechadas [na entrevista] destina-se a obter respostas de identificação de opiniões (sim – não, conheço - não conheço etc), e as perguntas abertas são destinadas a aprofundar as opiniões do entrevistado. (RICHARDSON, 1999).

Os roteiros de entrevista com os coordenadores dos programas de pós-graduação e com os bibliotecários contemplam categorias gerais que nortearam sua condução, e subcategorias que surgiram à medida que os depoimentos foram colhidos. As grandes categorias compreendem: tendências dos modelos de publicação dos trabalhos acadêmicos gerados nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, necessidade de treinamentos sistemáticos dos pesquisadores, possibilidade de adoção de norma única na Universidade.

Portanto, o roteiro de entrevista com os coordenadores dos quatro Programas de Pós-graduação foi construído com os itens a seguir: (APÊNDICE B).

- Novas tendências da apresentação das dissertações e teses e seus conceitos, decorrente do desconhecimento de normas por parte dos alunos;
- Necessidade de treinamentos oferecidos pelas bibliotecas, quanto à normalização da produção científica;
- Possibilidade da Universidade adotar uma única norma que a identifique;
- Exemplo de instituições estrangeiras que sugerem formatos alternativos de dissertações e teses;
- Comentários adicionais.

Para os bibliotecários o roteiro de entrevista é baseado nas mesmas categorias usadas para os coordenadores, porém com abordagem diferente: (APÊNDICE D).

- Novas tendências da apresentação das dissertações e teses e seus conceitos, decorrente do desconhecimento de normas por parte dos alunos;
- Existência de treinamentos sistemáticos oferecidos pela biblioteca;
- Frequência com que os usuários solicitam ajuda da biblioteca, quando da apresentação das dissertações/teses;
- Mudança das rotinas de atendimento decorrente dos novos formatos e criação de novas competências em informação;
- Possibilidade de a Universidade adotar uma norma que a identifique;

- Familiaridade com normas, tanto nacional quanto internacional e institucional, de apresentação de trabalhos científicos;
- Comentários adicionais.

Em relação aos estudantes de pós-graduação, não constituíam um grupo a ser estudado com profundidade nesta pesquisa, mas considerou-se que sua opinião poderia complementar alguma informação. Portanto, com base no formato escolhido para apresentação de suas teses e dissertações foram consultados dezesseis estudantes indicados aleatoriamente pelas bibliotecárias. A distribuição foi feita da seguinte maneira: dois estudantes de mestrado de cada área, sendo que um adotou o formato convencional, e o outro o formato alternativo; e dois estudantes de doutorado de cada área nas mesmas condições.

O instrumento utilizado para esse grupo foi um Formulário de Pesquisa que permite a coleta de informações diretamente do entrevistado e proporciona maior interação com o pesquisador, diferente do questionário que é respondido sem a presença do entrevistador (MARCONI, 1982). Embora esse tipo de instrumento seja próprio para ser respondido juntamente com o pesquisador, os formulários foram encaminhados por correio eletrônico e recebidos pelo mesmo meio, sendo que foram retornados oito deles. Para analisar as respostas recebidas não foi aplicado nenhum método rigoroso, são tecidos apenas alguns comentários.

O objetivo desse levantamento foi identificar se esses indivíduos tiveram dificuldades na elaboração da parte formal de seus trabalhos, e o que motivou a escolha do formato de apresentação. O formulário contém os seguintes pontos: (APÊNDICE F)

- Conhecimento e uso prévio das normas de apresentação de trabalhos, tanto nacionais quanto internacionais ;
- Apoio das Bibliotecas e Programas de Pós-graduação no momento de formalizar os resultados da pesquisa;
- Importância da padronização de trabalhos e adoção de norma única na Universidade;

- Motivo da escolha do modelo de tese, tradicional ou alternativo;
- Comentários adicionais.

A opinião dos usuários finais em relação ao acesso e uso da informação científica produzida na Universidade e disponível nas dissertações e teses não foi objeto desta pesquisa. Com efeito, para identificar se os fluxos da comunicação científica sofrem alguma influência decorrente de procedimentos não totalmente institucionalizados de apresentação da produção científica, é necessário diagnosticar a situação. Nesse sentido, os sujeitos diretamente envolvidos na produção e disseminação do conhecimento, cientes do seu comprometimento com a socialização e divulgação da ciência podem contribuir para melhor compreensão da área e indicar formas de atuação mais efetiva.

Os dados resultantes desta fase da pesquisa ajudaram a identificar as causas subjacentes aos novos comportamentos dos cientistas. Supostamente há falta de informação, não se considera a padronização importante, ocorre uma aversão natural por regras, ou falta treinamento dos pesquisadores no uso de normas para formatação de trabalhos acadêmicos.

5 Análise e Discussão dos Resultados

5.1 Dissertações e Teses

Na Faculdade de Ciências Médicas constatou-se que 83,4% dos trabalhos seguem o padrão tradicional e 16,6% adotam o formato alternativo. Nota-se que o índice é relativamente baixo considerando a tradição da área de publicar em revistas científicas. Ressalta-se que a obrigatoriedade de apresentar publicações como pré-requisito para a defesa dos trabalhos não implica que os mesmos sejam usados na tese.

Outro fator que diferencia a Faculdade de Ciências Médicas das demais é a existência de um setor de apoio denominado Diretoria de Apoio Didático Científico e Computacional (DADCC). Além de elaborar um guia para uso de seus pesquisadores com apoio institucional o DADCC oferece serviços de revisão de texto quanto à adequação às normas da UNICAMP e às regras gramaticais da língua portuguesa, processamento de imagens, fotos e outros elementos gráficos quando necessário. Verifica-se que a inserção de artigos científicos como apêndices ou capítulos das dissertações e teses estão devidamente explicitados no sumário ou na apresentação do trabalho. As normas utilizadas, incluindo o documento da UNICAMP que autoriza tal formatação, também são citadas.

Na Faculdade de Educação Física foi defendida uma única dissertação de mestrado no formato alternativo no ano de 2005, de acordo com as informações da bibliotecária responsável. Esse dado foi confirmado no levantamento do acervo. Constatou-se também a existência de uma tese de doutorado nesse formato defendida do ano de 2001.

A quase inexistência de teses com artigos científicos na Faculdade de Educação Física (0,69%) é atribuída à interdisciplinaridade que caracteriza essa

Unidade de Ensino. As linhas de pesquisa com vertentes de humanidades como sociologia do esporte, recreação, treinamento, educação física e escolar seguem a tradição de publicar mais livros do que artigos em revistas científicas. No entanto os pesquisadores com vínculos com a área biológica estão começando a aderir à nova tendência segundo o coordenador da Pós-Graduação. Até 2005 as teses tradicionais perfazem 99,31%.

A orientação dos pesquisadores na FEF é discutida e preparada em parceria entre a Biblioteca e a Pós-Graduação. Dentre os produtos disponíveis está um manual baseado nas normas da ABNT, que fica disponível online. As linhas de pesquisa que usam outras normas como da American Psychological Association (APA) ou da International Organization for Standardization (ISO), buscam orientação na biblioteca, que mantém resumos das mesmas para consulta.

Nota-se que o formato alternativo também não é muito usado pelos pesquisadores da FOP (10,42%), existem divergências entre os professores. Alguns orientadores não recomendam que seja usado o formato alternativo para a dissertação de mestrado. Eles consideram que a formação para a docência necessita de treinamento na preparação de trabalhos mais elaborados, o que não é exigido para os artigos, que têm limitação no número de páginas e não contemplam os detalhes de uma dissertação ou tese. Além disso, o mestrado pressupõe extenso levantamento de literatura. As teses em formato tradicional na Faculdade de Odontologia de Piracicaba, no período analisado, totalizam 89,58%.

Vale lembrar que a pós-graduação da FOP trabalha em conjunto com a biblioteca, sendo que o manual que também se encontra on-line, foi elaborado em parceria. Além da confecção da ficha catalográfica as bibliotecárias fazem a revisão das referências e citações das publicações e procuram estar em sintonia com as decisões tomadas por cada departamento.

Dentre as Unidades pesquisadas, o IB apresenta o maior número de teses alternativas: 41,32% além de não apresentar norma conhecida de orientação aos pesquisadores, a não ser a Informação CCPG/001/98 e Informação CCPG/01/00 da Comissão Central de Pós-Graduação da UNICAMP. Esse documento, no seu

parágrafo segundo informa que “a critério do orientador, os capítulos das teses e os apêndices poderão conter cópias de artigos de autoria ou co-autoria do candidato, já publicados ou submetidos para publicação em revistas científicas ou anais de congressos sujeitos à arbitragem, escritos no idioma exigido pelo veículo de divulgação”. (NORMAS, 2005, p. 12; UNICAMP, 1998).

As teses tradicionais do Instituto de Biologia perfazem 58,67% do total, mas não se pode afirmar que adotam normas ABNT, seria necessário um estudo mais detalhado para definir qual a tendência dominante. O que se pode afirmar é que com base em algumas notas de rodapé, por exemplo, foi constatado que muitos dos capítulos das teses seguem formatos de artigos determinados por revistas científicas da área.

Segundo informações da secretaria de pós-graduação, não existe consenso entre os coordenadores das seis áreas sobre a publicação de um manual ou guia a ser adotado pelo Instituto. Na análise das dissertações e teses desse instituto percebe-se que muitos dos alunos adotaram as orientações da Faculdade de Ciências Médicas.

De acordo com os relatos pode-se afirmar que os trabalhos acadêmicos, decorrentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de ciências biológicas da UNICAMP tendem a incorporar culturas de outros países e normas de revistas científicas.

Nesse sentido, fica evidenciado que quando o papel da biblioteca é reconhecido e respaldado pela instituição que a abriga, o padrão das publicações é mais uniforme. Isso parece fortalecer a confiança dos pesquisadores que buscam ajuda para concretizar a parte formal dos trabalhos, além de participarem mais das decisões e escolhas decorrentes da necessidade de publicar em veículos referendados e aceitos pela comunidade científica.

Outro ponto considerado relevante é a existência de pessoal técnico em outras especialidades como informática, estatística, editoração, revisão gramatical, tradução entre outras para auxiliar o pesquisador. Fica claro que esse tipo de

contribuição permite ao pesquisador dedicar mais tempo à parte intelectual da pesquisa enquanto tem a certeza de que a qualidade formal estará assegurada.

5.2 Normas e Manuais de Normalização

Os manuais de uso interno das Unidades de Ensino analisadas tentam compatibilizar as normas da ABNT com as sugestões da UNICAMP. A suposta flexibilidade da Informação CCPG/001/98 dá margem a diferentes procedimentos ao sugerir que *podem* ser inseridos artigos - publicados ou a serem submetidos para publicação -, como capítulos ou apêndices das teses. Por esse motivo, parte das teses informam na apresentação ou no sumário como estão distribuídos os artigos, sua contribuição para o trabalho e sua situação naquele momento: publicado, aceito, enviado, entre outras informações.

Por outro lado, a introdução, a conclusão e as referências gerais são fonte de divergência entre os professores. Alguns orientadores exigem que essas partes do trabalho devem estar de acordo com as normas nacionais e em português, outros entendem que os destinatários dessa informação científica são os próprios pares, e, portanto, a disseminação do conhecimento contido nesse material não fica comprometida se apresentado em língua estrangeira, no caso o inglês, que é a língua padrão da ciência.

As diferentes posturas podem ser explicadas também pelo tipo de pesquisa desenvolvida: básica ou aplicada, e pelas preferências dos pesquisadores por determinados tipos de canais de comunicação. Os pesquisadores conscientes da sua responsabilidade quanto ao retorno dos investimentos governamentais feitos na pesquisa procuram seguir padrões que facilitem a recuperação de seus trabalhos. Para tanto utilizam modelos que consideram mais eficazes e melhor estruturados, de forma a construir trabalhos com qualidade e que facilitem a avaliação.

5.3 Entrevistas

As entrevistas com os coordenadores de pós-graduação e bibliotecários da área de ciências biológicas da UNICAMP em relação ao formato alternativo de teses, cujos capítulos são artigos científicos, mostram que existe entre eles concordância em quase todos os pontos abordados pela pesquisa.

Pode-se afirmar que além do enriquecimento do currículo concomitantemente com o desenvolvimento da pesquisa, a causa determinante para a mudança na estrutura das teses se deve aos critérios de avaliação da CAPES. O estabelecimento de indicadores de produtividade e participação do corpo discente nos trabalhos publicados em revistas indexadas e com alto índice de impacto leva a uma mudança de comportamento dos pesquisadores.

5.3.1 Coordenadores de Pós-Graduação

As entrevistas com os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, relacionadas à questão: “está mudando o conceito de teses e dissertações?”, demonstram sua concordância e conseqüente adesão ao novo formato. Eles acrescentam que a forma como a produção científica está sendo configurada traz vantagens para os alunos, para os orientadores e para os programas de pós-graduação.

Para os professores o conceito de teses e dissertações está mudando, embora este seja um modelo novo no Brasil é tendência internacional da qual a UNICAMP não está fugindo. Exemplificam citando a Suécia, onde os alunos saem da pós-graduação com a tese praticamente publicada, porque nesse país colocar a informação à disposição da comunidade científica é considerada a melhor maneira de democratizar o conhecimento. Outro país mencionado foi a Bélgica, cujas universidades concedem o título de doutor mediante a apresentação de um conjunto de trabalhos, que depois de publicados são apresentados para uma banca onde se discute e debate a linha de pesquisa.

Foram identificados pelo menos três pontos para justificar a mudança da estrutura dos trabalhos de conclusão de cursos *stricto sensu* na área médica. Em primeiro lugar, a maioria dos programas de pós-graduação exige que o aluno publique trabalhos durante o curso. Nesse sentido, o que está incentivando os orientadores a fazerem com que seus alunos usem o formato alternativo de teses, especificamente no caso da área de Ciências Biológicas, é que os cursos tenham produção compatível com os critérios de avaliação da produção científica e atinjam o conceito desejado.

Outro motivo está relacionado à quantidade de teses defendidas e não divulgadas, porque os alunos após obterem seu título se envolvem com outras atividades e nem sempre retomam o trabalho para reestruturar e publicar. Nesse contexto, as chamadas "teses de gaveta" ou "teses de prateleira" ficam restritas aos acervos das universidades onde foram defendidas. Segundo um dos sujeitos da pesquisa chegou-se a uma situação em que quase toda a produção nacional estava ficando nas prateleiras, faltava uma forma das instituições colocarem esse material disponível para o mundo. Segundo ele, era muito comum ver que uma parte da produção científica, teses e dissertações, acabava nunca sendo publicada, não porque não fosse aceita, mas porque não era nem enviada para publicação.

Por isso, a divulgação de artigos durante o desenvolvimento da pesquisa é benéfica tanto para a instituição quanto para o aluno e para o orientador. Colocar esses trabalhos nas revistas científicas permite que a comunidade tenha acesso de fato ao conhecimento gerado, pois a pesquisa e a ciência para serem válidas, têm que ser divulgadas. Segundo os entrevistados, o objetivo maior nesse momento é assegurar, que principalmente na área da saúde, o aluno que arruma emprego fora e depois acaba não publicando faça esse exercício durante sua formação. E, para o orientador é uma garantia de que o trabalho pelo menos foi submetido, já se produziu alguma coisa e a tese não vai ficar na prateleira.

Por último, o motivo mais enfatizado se refere aos critérios de avaliação dos Comitês de Avaliação da CAPES em relação à produção dos docentes, que ao publicarem trabalhos em co-autoria com os alunos do grupo de pesquisa conseguem atender a esse requisito. O fato de ter a tese no formato de artigos, ou incluindo

artigos garante também produção para os programas de pós-graduação e com isso uma boa avaliação junto à CAPES. Foi lembrado que a tese só tem validade se for publicada, e se o curso publica bem ele é bem avaliado, se é bem avaliado tem vantagens: ganha mais recursos, mais bolsas, mais status, é mais procurado, aumenta a qualidade, enfim é um círculo que para os professores, sempre traz vantagens.

Embora considerado vantajoso esse modelo de teses trouxe para a Universidade algumas discussões consideradas importantes num momento de mudanças. A Comissão Central de Pós-Graduação da UNICAMP colocou em pauta os pontos divergentes de forma que pudessem ser amplamente discutidos.

Uma das discussões recorrentes nas Comissões de Pós-Graduação, conforme os relatos, se referia à situação dos artigos inseridos nas teses: se a aceitação pela revista seria suficiente ou se deveriam efetivamente ter sido publicados. Ao mesmo tempo havia certa preocupação em relação ao julgamento dos membros da banca, e também, que esse procedimento poderia ser disseminado entre os alunos a ponto de não existirem mais as teses tradicionais. Assim sendo, ficou entendido, pelo menos em duas das Faculdades analisadas, que o objetivo desse procedimento é melhorar a produção dos Programas de Pós-Graduação. Portanto, o artigo precisa pelo menos ter sido submetido para publicação constando como 'trabalho enviado', já que normalmente são retornados para correção. Não necessariamente se exige que o artigo esteja publicado, porque o aceite definitivo depende da avaliação pelos pares - os referees das revistas, mas não se aceita artigo 'a ser enviado'.

Contudo, um dos argumentos apresentados difere dos demais e pode justificar a aceitação de teses com 'trabalho a ser enviado', porque tanto a banca de qualificação quanto a banca de defesa podem contribuir para que ele seja melhorado antes de ser enviado para publicação. O que ocorre quando o artigo já está publicado com informações incorretas é que não há possibilidade de modificá-lo, ao passo que a tese pode ser corrigida.

Os professores abordaram também o tema das bibliotecas digitais, que consideram um avanço na comunicação científica porque permitem que o conhecimento gerado não se perca nas prateleiras das bibliotecas. Por isso, na opinião de um deles, as teses com artigos – de preferência em inglês - garantem a internacionalização da pesquisa e minimizam o problema do acesso. Nesse sentido, a disponibilização pública das teses e dissertações em suporte digital através dos meios eletrônicos cumpre um dos requisitos básicos da ciência, a divulgação.

No entanto, essa prática leva a uma reflexão sobre a validade do formato alternativo. Foi discutida a questão da transferência dos direitos autorais para as editoras comerciais. Algumas editoras autorizam a divulgação dos artigos publicados por elas - com fins acadêmicos. A partir da submissão dos trabalhos os pesquisadores concordam que a exclusividade daquela informação passa a ser da revista, e que não podem disponibilizá-la para consulta pública sem autorização, sujeitando-se assim às penalidades previstas em lei. Em consequência disso, foi informado que a inserção de artigos nas teses está sendo reavaliada, e provavelmente a partir de agora terão que trazer em anexo um documento da revista permitindo que o artigo seja divulgado por outros meios.

A suposta resistência dos alunos de pós-graduação em relação aos padrões de publicação, ou o desconhecimento dos mesmos não se confirma na pesquisa. O surgimento dos novos modos de produção não pode ser desvinculado do contexto político e econômico brasileiro, que por meio de legislação pertinente estabelece a obrigatoriedade de dar visibilidade dos resultados das pesquisas para a sociedade. Nesse contexto, a dinâmica da produção científica, alavancada pela tecnologia, tem provocado mudanças no comportamento dos pesquisadores. Por isso as regras para publicação de trabalhos nas revistas científicas estão sendo incorporadas aos trabalhos acadêmicos.

Observa-se, no entanto, que cada revista tem a sua norma e cada artigo segue uma formatação diferente quanto a: referência bibliográfica, estrutura do texto, citação no texto e até o tipo e tamanho de letra. Por isso na concepção de um dos entrevistados não tem como a biblioteca dar uma orientação diferente daquilo que a revista exige. Nesse caso, durante o desenvolvimento da tese o aluno e o

orientador selecionam a revista em que pretendem publicar, acessam o site da mesma e verificam os requisitos necessários para submeter o artigo.

Para os professores, as normas de documentação da ABNT podem ser usadas nas teses tradicionais cujos elementos: introdução, objetivos, revisão da literatura, proposição, materiais e métodos, referências, citações e conclusão são comuns a todos os trabalhos. No caso das teses alternativas, cujos capítulos são artigos científicos, as citações no texto e as referências são organizadas conforme orientação da revista, sendo que a ABNT poderia ser usada para a introdução geral, considerações finais e para as referências citadas nessas partes do trabalho. Sugerem também que essas mesmas partes do trabalho estejam em português, mas essa informação não está explicitada em nenhum documento oficial até o momento. Portanto, teoricamente se a revista está em inglês, o artigo teria que estar em inglês, e se a revista está em português o artigo também estará.

Ao descrever uma tese alternativa um dos professores diz que se pode colocar quatro, cinco ou até seis trabalhos que tenham coerência dentro de um trabalho maior, depois se faz uma introdução comum e uma conclusão final. De qualquer forma, na opinião desse sujeito, não dá para tornar esse procedimento um padrão para toda a Universidade.

Em oposição à tendência de crescimento das teses alternativas nas Unidades de Ensino e Pesquisa que desenvolvem mais pesquisa pura do que aplicada, a multidisciplinaridade tem influência nas escolhas dos pesquisadores, fato evidenciado nas Unidades onde as linhas de pesquisa estão vinculadas à área de humanidades. Nota-se que a cultura dessa área é publicar o trabalho tradicional, às vezes adaptado e transformado em livro, e posteriormente se publica os artigos decorrentes do mesmo. Essa dinâmica é que determina o modo de produção.

Considerando que cerca de 95%, ou mais, dos periódicos da área médica em nível mundial usam as diretrizes de Vancouver, segundo um dos professores, chegou-se à conclusão que seria melhor usá-la para as referências bibliográficas. Para formalizar essa decisão, e minimizar os problemas de interpretação e uso das diversas normas e suas adaptações foi elaborado um “Manual de normas e

procedimentos” por uma das faculdades. Esse material inclui um CD, com pré-formatação do texto e das partes pré-textuais como dedicatória e agradecimentos e listas de ilustrações. Essa faculdade conta também com um setor de apoio técnico com profissionais que preparam o material para ser encaminhado para a gráfica da Universidade. Toda a revisão, editoração e conferência dos dados são feitas nesse setor, que abriga também fotógrafos, desenhistas e pessoal da área de estatística.

Duas faculdades que fazem parte do estudo mantêm manuais on-line para auxiliar os pesquisadores, mas mesmo assim identifica-se que nem todos seguem os padrões sugeridos. Isso pode estar acontecendo ou por falta de conhecimento da importância dos procedimentos necessários a uma comunicação científica eficiente, ou porque a diversidade está causando dificuldades de interpretação.

Foi sugerido que a biblioteca poderia ter um papel importante ao disponibilizar num site detalhamento das normas passíveis de serem adotadas para que os alunos pudessem optar por uma ou por outra delas. Também foi apontada a necessidade de exemplos práticos para referenciar uma revista, um livro, capítulo de livro, resumo de congresso, entre outros. Mesmo assim, considera-se que a explicitação do instrumento aplicado de forma coerente e consistente é fundamental para que o usuário dessa informação científica compreenda o código utilizado e consiga transformá-la em conhecimento, que por sua vez vai influenciar o desenvolvimento da sociedade.

Refletindo sobre esse assunto um dos depoentes relata que houve avanços nessa área e lembra que numa época em que a pós-graduação tinha uma norma e a biblioteca tinha outra, quem fazia a normalização era o aluno junto com o orientador - inclusive a ficha catalográfica. Enquanto hoje a bibliotecária corrige todas as referências e citações do texto, faz a ficha catalográfica e só depois da defesa a envia por e-mail para o orientador. Assim sendo, o papel da biblioteca é reconhecido como facilitador da relação do pesquisador com os padrões da comunicação científica.

Os entrevistados apontam vantagens em aproveitar a produção científica decorrente do desenvolvimento das teses para compor o seu texto final. Um dos argumentos faz referência ao tempo necessário para reestruturar um trabalho desse tipo e transformá-lo em artigos, que são mais concisos, mas nem por isso deixam de ser consistentes. Ainda nesse sentido, para um dos entrevistados, a produção de artigos não exige levantamento de literatura muito extenso, é possível compor um trabalho de qualidade com base em outros artigos na mesma linha.

Além disso, se considera que o aluno faz a tese no padrão tradicional e depois não vai escrever mais nesse formato, vai escrever artigos que é o que se espera da carreira acadêmica, especialmente no doutorado. Esse aprendizado e conseqüente treinamento constituem um ganho muito grande para o aluno de pós-graduação, ele sai preparado para esse tipo de atividade.

Somado a isso, essa produção já passa a contar para a composição dos currículos, necessários para concursos públicos. Hoje, as boas universidades exigem um mínimo de trabalhos publicados, submetidos ou prontos para mandar para publicação, para aprovação nos concursos. Agora o aluno vai publicando à medida que vai desenvolvendo a tese, existem casos de alunos que por ocasião da defesa já têm metade da tese publicada, isso é considerado bom para a pós-graduação, na opinião dos professores entrevistados.

Outra argumentação diz respeito ao custo do artigo, teoricamente mais acessível. Enquanto a tese apresenta detalhes como fotografias, figuras coloridas e muitas páginas, o artigo pode ser condensado em cinco a seis páginas, dependendo da revista. Na opinião de um dos professores entrevistados, se a escolha do tipo de trabalho ficar a critério dos alunos, eles vão usar o formato alternativo.

As respostas à questão "norma única para a Universidade" foram categóricas: uma instituição universitária é muito heterogênea, as áreas são bem diferentes e têm particularidades que não podem ser consolidadas em um único instrumento de normalização. Mesmo dentro das ciências biológicas com as disciplinas da parte médica, odontológica, educação física, biologia, enfermagem e também vários trabalhos de campo envolvem aspectos sociais. Dependendo da linha de pesquisa

e do objeto de estudo, a área médica tem mais probabilidade de aderir ao modelo alternativo de teses. Portanto, a norma não pode ser muito restritiva, para que cada área dentro de suas peculiaridades mantenha um padrão das publicações.

Fica claro que a multidisciplinaridade e a pluralidade de opiniões precisam ser contempladas num instrumento de normalização. No entanto, encontrar um meio termo dentro dessa diversidade se torna um desafio para os sujeitos envolvidos no processo: bibliotecários, orientadores e alunos. Considera-se necessária uma flexibilidade 'controlada', de forma que pelo menos os itens básicos de um trabalho acadêmico sejam respeitados. Por exemplo, o sumário, elemento indicativo das divisões de um trabalho, necessariamente lista o conteúdo na ordem e grafia em que se apresenta no corpo do mesmo. A não observância deste princípio parece ser o mais preocupante porque a compreensão da estrutura de um trabalho acadêmico passa pelo sumário.

Embora os professores considerem a adoção da "tese alternativa" vantajosa tanto para o aluno, como para o orientador e para a pós-graduação, reconhecem que a tarefa de publicar e normalizar se torna confusa porque não está atrelada a uma única orientação. Relatam também que alguns alunos sentem dificuldades para proceder à reestruturação do trabalho, inclusive cuidando da tradução para o inglês a fim de submeter para publicação em revistas internacionais. Mas, ainda do ponto de vista dos professores, quando superam essa etapa os alunos vêm que foi proveitoso, porque terminam a pós-graduação com a tese num formato que facilita o acesso aos benefícios destinados à pesquisa.

Como desvantagens do formato alternativo foram apontados fatores relacionados à formação para a docência. Acredita-se que o conhecimento que o aluno adquire ao preparar uma tese tradicional escrevendo uma metodologia bem detalhada e registrando cada passo da pesquisa é fundamental para o preparo de aulas. Depois, esse material pode ser usado para ilustrar a tese, além de contar com extensa revisão de literatura às vezes com 50 e até 100 resumos de trabalhos efetivamente consultados.

Pelo motivo exposto, existem casos em que os orientadores pedem que seus alunos façam uma tese tradicional no mestrado, e no doutorado podem usar o formato alternativo. Um dos professores alega que o aluno com mais potencial se diferencia dos demais e tem condições de desenvolver uma tese tradicional concomitantemente com outros trabalhos na mesma linha de pesquisa. Decorre daí que durante o mestrado o aluno já vai começando a tese de doutorado. Nesse caso, acredita o professor, o formato alternativo é válido e não prejudica tanto o aprendizado do aluno, porque as revistas têm uma certa orientação em detrimento do detalhamento da pesquisa.

Para explicar a existência de teses com o texto totalmente em inglês - inclusive introdução e conclusão -, um dos argumentos apresentados por um dos entrevistados é que os usuários desse tipo de informação são pessoas da área: alunos e professores que já conhecem os termos técnicos. Em segundo lugar, para esse sujeito, o mundo científico se comunica em inglês, a língua padrão da ciência. Portanto seria uma barreira os trabalhos estarem em português, porque poucos países falam essa língua. Assim, os trabalhos que estiverem em inglês têm divulgação garantida, e isso é bom para dar conhecimento das pesquisas que se faz aqui no país. O resumo das teses, em inglês, é visto como pouco significativo diante da quantidade de informações contidas nesse tipo de trabalho.

Por outro lado, existem orientadores que têm a preocupação com o acesso à informação produzida em língua portuguesa. Segundo relato houve manifestações de orientadores que ao enviarem artigos para revistas internacionais acham por bem que o aluno apresente a tese toda em português. Para eles publicar na língua portuguesa permite que um número maior de pessoas tenha acesso ao trabalho, quanto à versão em inglês vai estar acessível na revista quando publicada. O formato alternativo não necessariamente precisa trazer os artigos em inglês, mesmo porque eles podem ser enviados para uma revista nacional.

Outras questões abordadas pelos coordenadores se referem aos alunos, que nem sempre entendem a necessidade de usar diferentes orientações a cada vez que vão publicar um artigo. No entanto, quando finalizam o trabalho percebem a possibilidade de aproveitar a produção publicada nas teses que traz vantagens

como: aprimoramento do currículo, ganho de tempo e garantia da propriedade intelectual.

5.3.2 Bibliotecárias

As entrevistas com as bibliotecárias apontam pontos convergentes com os coordenadores de pós-graduação, em relação à questão que sugeria “desconhecimento de normas de apresentação de trabalhos acadêmicos por parte dos alunos de pós-graduação”. Foi declarado que os alunos têm conhecimento da existência de orientações nesse sentido, entretanto, a elaboração dos capítulos das teses em forma de artigos, ou capítulos de livros com a finalidade de publicação, leva os pesquisadores a adotarem os critérios de apresentação de trabalhos sugeridos pelas revistas científicas.

Ocorre que os padrões das revistas são determinados por políticas e culturas próprias, incompatíveis com a unidade requerida por um trabalho acadêmico que teoricamente é constituído por capítulos com um encadeamento lógico que dá sentido ao trabalho e leva a uma conclusão comum. Além disso, supõe-se que uma tese apresente um sumário com a enumeração das principais divisões, seções ou outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que se apresentam ao longo do mesmo, estrutura essa que não tem sido observada.

Pode-se conjecturar que se produção científica passa a ser efetivamente uma contribuição para a ciência quando comunicada através dos meios aceitos pela comunidade, e conforme os padrões estabelecidos, essa produção que aí está precisa ser repensada. Além da credibilidade e confiabilidade inerentes à ciência, atender aos requisitos de qualidade, tanto intelectual quanto formal é fundamental.

Na UNICAMP coexistem diversas orientações para elaboração das teses e dissertações, sendo que a Informação CCPG001/98 já mencionada anteriormente permite que os capítulos das teses sejam compostos por artigos científicos. Esse procedimento - visto inicialmente como uma tendência baseada em modelos estrangeiros - já está consolidado na Universidade. Sua aplicação depende da área do conhecimento, do tipo de pesquisa e da concordância do orientador.

Diante das incertezas decorrentes da existência de diferentes normas como: Vancouver, APA, ISO, ABNT, entre outras, os bibliotecários e orientadores acabam optando por soluções baseadas em sua experiência pessoal ou que julgam mais eficientes. Os alunos, por sua vez são levados a compaginar todas as informações disponíveis quando da preparação dos originais para publicação, assim como para a composição da estrutura da tese. Tornou-se prática seguir modelos de trabalhos considerados bem estruturados porque explicitam no item 'estrutura da tese' como se fez a composição do trabalho, como se utilizou cada um dos artigos e se construiu a discussão dos mesmos.

Ao referir-se ainda às dificuldades encontradas pelos pesquisadores diante de procedimentos variados os entrevistados citam uma certa angústia, sentimento gerado pela falta de uniformidade e coerência dos procedimentos: a angústia é publicar, é entender as normas das revistas, porque algumas são claras, outras nem tanto. Embora conscientes das peculiaridades das áreas do conhecimento, são relatados casos em que os estudantes de pós-graduação se queixam da não existência de regras, porque o orientador fala uma coisa, a banca fala outra e a bibliotecária fala outra. Ainda quanto a esse aspecto foi observado que os estudantes questionam as próprias revistas para as quais vão submeter artigos pelo fato de não se conformarem a um mesmo padrão, caracterizando um certo caos.

Sobre o uso de língua inglesa para divulgação das pesquisas, os bibliotecários relatam que tradicionalmente as áreas de ciências biológicas e ciências da saúde possuem fontes de informação consolidadas e largamente adotadas acessíveis nesse idioma, considerado o padrão da ciência. Como exemplo citam as bases de dados bibliográficas MedLine e Biological Abstracts e também as publicações que classificam o fator de impacto das revistas científicas. Por isso, do ponto de vista dos sujeitos entrevistados, não causa estranheza o fato de existirem teses publicadas em inglês porque tratam de pesquisa básica destinada a ser disseminada entre os pares. Portanto essa opção da área pela língua inglesa, no que se refere à literatura publicada em revistas especializadas e livros, tende a se instalar também nos trabalhos acadêmicos.

Quando perguntados se os alunos procuram a biblioteca na fase de normalização dos trabalhos uma das bibliotecárias aponta uma certa independência dos mesmos. Nesse caso, praticamente todas as questões são resolvidas entre orientador e orientando, o que torna a compreensão da estrutura dos trabalhos mais problemática. Preocupada com esse aspecto, a biblioteca está introduzindo nos treinamentos de bases de dados oferecidos, informações sobre apresentação de trabalhos acadêmicos e tem planos de intensificar a capacitação dos usuários nesse sentido.

Aquelas bibliotecas localizadas em Unidades de Ensino e Pesquisa que adotam um manual com orientações para publicação de dissertações e teses e contam com um setor de apoio institucionalizado para questões de editoração, correção ortográfica e tradução, por exemplo, são procuradas pelos alunos em outras fases da sua passagem pela Universidade. Vários são esses momentos: quando da elaboração do projeto de pesquisa, identificação dos descritores de assunto, levantamento e recuperação dos trabalhos referentes à linha de pesquisa, orientação para uso das bases de dados, escolha da revista científica para publicação, e na fase de qualificação. Eventualmente os alunos também vão à biblioteca para submeter o trabalho on-line ou após a defesa da tese para tirar dúvidas sobre regras de normalização apontadas pela banca examinadora.

Uma das principais vantagens do manual institucional, segundo os entrevistados, é que ele tem por base normas reconhecidas e aceitas internacionalmente pela área biomédica. Somado a isso foi criado um padrão local das teses, reproduzido por uma ferramenta para uso em computador que facilita a formatação do trabalho.

Por sua vez, nas duas bibliotecas que trabalham em sintonia com a pós-graduação dando apoio nas revisões dos trabalhos, além de confeccionar a ficha catalográfica, feita por todas as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas, nota-se maior uniformidade nas teses e dissertações. Os resultados das discussões das comissões de pós-graduação juntamente com o pessoal da biblioteca também ajudaram a definir itens dos manuais, os quais passaram a ser acatados pelos professores e pelos alunos, que procuram fazer os trabalhos o mais próximo

possível da norma. Foi relatado também que instruções disponíveis on-line são proveitosas e auxiliam o atendimento aos usuários.

Em relação ao oferecimento de treinamentos aos pesquisadores para que usem as normas adequadamente, foi apontada a necessidade de explorar os novos procedimentos decorrentes das tendências atuais como: rotina de submissão de artigos envolvendo transferência de direitos autorais, declaração da não existência de conflito de interesses, parecer do Comitê de Ética na Pesquisa da Instituição, fontes de financiamento, consentimento livre e informado de pacientes, quando for o caso.

Os programas de capacitação de usuários são considerados eficientes para divulgação das bases de dados e não para resolução de problemas pontuais de pesquisa ou de publicação de trabalhos. Por isso, o atendimento personalizado ainda é o mais recomendado devido às características de cada área do conhecimento, do tipo de material indexado e das expectativas do pesquisador.

Foi citada a existência de uma disciplina de metodologia científica que orienta a confecção dos trabalhos acadêmicos: introdução, revisão de literatura, proposição, método e discussão. Os aspectos não abordados nessa disciplina podem ser complementados consultando o manual on-line: referências bibliográficas, citações no texto, apresentação de dados em quadros e tabelas, além da possibilidade de se discutir com o orientador cada fase do trabalho.

Outra questão da pesquisa sugeria a possibilidade da Universidade adotar uma norma que pudesse ser usada por todos os cursos, de forma a caracterizar sua produção científica e tornar a formalização mais amigável. Segundo os depoimentos, mesmo em relação às normas consolidadas existem divergências de opiniões e os cursos de pós-graduação têm particularidades que devem ser respeitadas, de forma que um único instrumento de normalização não poderia contemplar todos os interesses. A solução mais viável seria a elaboração de um instrumento, em comum acordo entre os interessados, capaz de fornecer aos alunos as mesmas respostas, tanto por parte da biblioteca quanto dos programas de pós-graduação.

A mudança de padrão das dissertações e teses é atribuída à grande quantidade de artigos produzidos durante o desenvolvimento da pesquisa. A transformação da tese em artigos para publicação é um procedimento que atende a um dos critérios estabelecidos pelas agências provedoras de aportes financeiros para pesquisa, de retornar à sociedade os investimentos feitos. Outro motivo desse crescimento da produção, principalmente no mestrado é obter a pontuação necessária para se chegar ao doutorado. Por isso, os trabalhos de mestrado têm em média um a dois artigos publicados em revistas com classificação Qualis razoável e alta, e o doutorado com média de três artigos publicados em revistas classificadas como Qualis A ou revista internacional. Vale lembrar que o trabalho precisa ter mérito para ser aceito pelas revistas científicas.

Observa-se, portanto, que houve uma inversão no modo da produção dos trabalhos acadêmicos – teses e dissertações. A parte textual desses documentos, composta de introdução, desenvolvimento e conclusão traduz o resultado de estudo científico de tema único e bem delimitado que contribui para a área. Depois de defendidas publicamente e aprovadas por uma comissão julgadora as teses passavam a ser divulgadas em formato de artigos publicados em revistas científicas. Em oposição a esse formato tradicional as teses alternativas, já mencionadas neste trabalho, são compostas por artigos em fase de elaboração, submetidos para publicação ou publicados. O julgamento do mérito desses artigos ou comunicações de congressos é feito pelos *referees*, designados pelas editoras para fazer a avaliação. A evolução dessa prática é descrita da seguinte maneira: anteriormente eles eram inseridos na parte de anexos ou apêndices, e constituíam simples repetição de informações já apresentadas no texto principal. Atualmente esses trabalhos estão sendo desmembrados ao longo da dissertação ou tese, refletindo uma construção lógica, e ao mesmo tempo contribuindo para a reflexão proposta no trabalho.

Solicitados a discorrer sobre as normas e diretrizes usadas na área de ciências biológicas, e especificamente sobre as orientações da UNICAMP, os bibliotecários emitiram opiniões diferentes dos professores. Os últimos entendem que os alunos, embora sintam alguma dificuldade no início reconhecem as vantagens do formato alternativo e gostam, enquanto que os bibliotecários têm tido

experiência com alunos que sentem muitas dificuldades e questionam a falta de uniformidade reinante.

Segundo uma das bibliotecárias, embora institucionalizado na UNICAMP desde 1999 a aceitação do formato alternativo não foi imediata, além de ter demorado a ser conhecido pelos pesquisadores. Ainda hoje existem discussões sobre o uso indiscriminado desse modelo, sendo que nem todos os docentes permitem que seus orientandos de mestrado o utilizem.

Sobre a atualização da CCPG001/98 foi mencionado que poderia ser melhorada, no sentido de informar com mais precisão a disposição dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais das teses e dissertações para tornar a estrutura dos trabalhos mais uniforme. Essa medida, segundo as pessoas entrevistadas, minimizaria a pluralidade de formatos de trabalhos acadêmicos existentes na Universidade.

Observa-se que o papel do profissional bibliotecário diante desse novo cenário, onde se espera que os pesquisadores devolvam à sociedade em forma de benefícios o investimento feito em sua formação tende a se diversificar. Sua participação na geração do conhecimento científico se torna mais efetiva na medida em que acompanha de perto as tendências das áreas do conhecimento, e traduz a importância do mediador da informação no ambiente universitário.

Embora esteja presente no discurso de todos os entrevistados que as normas nacionais não atendem à área de ciências biológicas, mesmo os trabalhos que adotam as recomendações das revistas para os capítulos das teses tendem a usar a ABNT em alguns momentos. Nota-se que as referências de revisão bibliográfica, citações e estrutura dos elementos pré-textuais tais como: folha de rosto, dedicatória, agradecimentos, resumo, abstract, listas de ilustrações, tabelas e sumário, quase sempre tentam se basear em normas de documentação nacionais. Outra situação característica é a elaboração de referências de leis, portarias e documentos legislativos não contemplados pelas orientações internacionais, porque tratam de outra realidade.

Dos estudantes que responderam à pesquisa, a maioria informou que tem conhecimento de normas desde a graduação e consultam a biblioteca para esse fim, quando acham necessário. Embora entendam a necessidade de se atender às peculiaridades de cada área e considerem a flexibilidade positiva, apontam que a inexistência de uma norma única com fator que dificulta a avaliação da produção científica e a identificação da Instituição.

A escolha do modelo da tese para os estudantes, foi baseada em vários motivos: para o formato tradicional foi mencionado que a pesquisa envolvia muitos detalhes, impossíveis de serem contemplados em artigos. Para o formato alternativo, algumas vezes indicado pelo orientador está: objetivo de publicar em revistas indexadas em bases de dados conhecidas na área, divulgação em inglês - língua padrão da ciência, flexibilidade que permite a evolução.

Pode-se dizer que embora exista necessidade da convivência com a diversidade na Universidade, a partir do momento em que os pesquisadores compreendem a necessidade de padrões para a efetiva comunicação dos resultados de suas pesquisas, seu relacionamento com as normas e com a biblioteca é mais produtivo.

6 Conclusões

A realização desta pesquisa tinha o propósito inicial de compreender a nova dinâmica da informação no ambiente acadêmico com seus reflexos na produção das teses e dissertações.

Dentre as hipóteses aventadas para as novas configurações de trabalhos existia a suspeita de que os pesquisadores têm aversão às normas, e por esse motivo não buscavam aplicá-las. Outra suposição era que a falta de treinamentos sistemáticos e eficazes tinham influência nas práticas adotadas.

No entanto, depois de realizada a parte qualitativa da pesquisa através de entrevistas com coordenadores de pós-graduação e bibliotecários, ficou claro que a falta de padronização dos trabalhos é decorrente da flexibilidade necessária ao bom desenvolvimento da pesquisa na universidade. Outra constatação se refere à avaliação da pesquisa e dos pesquisadores pelos órgãos competentes, que estabelecem critérios rígidos baseados em indicadores de produtividade, tanto dos docentes quanto dos estudantes de pós-graduação.

Decorre daí que à medida que as pesquisas são desenvolvidas, os trabalhos são elaborados e enviados para publicação nas revistas científicas que possuem suas próprias normas de publicação. Em seguida, estes artigos são incorporados às teses que serão defendidas para a obtenção de título acadêmico – mestrado e doutorado. No entender dos pesquisadores esse tipo de trabalho traz vantagens para a carreira acadêmica e facilita o trabalho de reestruturar uma tese para transformá-la em artigos. Esse fato contribui também para a divulgação das pesquisas contidas nas teses e dissertações, que tradicionalmente ficam restritas às bibliotecas das instituições onde foram defendidas.

Embora as razões dos pesquisadores possam ser consideradas justas, a elaboração de trabalhos que não se identificam com nenhum dos modelos consolidados e conhecidos podem influenciar na sua recuperação.

Para a Ciência da Informação o documento é o veículo que transporta uma informação até então sem sentido, para um usuário que vai recuperá-la e transformá-la em conhecimento. Isso só é possível através da correta tipificação dos documentos e da representação padronizada dessa informação, que define a eficácia de um sistema de informação. Somado a isso é necessário que os documentos estejam disponíveis para o uso.

Quanto ao papel dos bibliotecários que atendem a área de ciências biológicas, constatou-se através das entrevistas, que precisam cada vez mais de especialização para indicar aos pesquisadores os veículos mais significativos com suas respectivas políticas de publicação. Para isso, a criação de competências diferenciadas não contempladas pela formação acadêmica tradicional é fundamental. A demanda no ambiente acadêmico é por um profissional que tenha conhecimentos da cultura científica e seus instrumentos de comunicação – as revistas científicas e suas normas. Esse perfil continua sendo aprimorado à medida que novas situações surgem.

O atendimento aos usuários de bibliotecas universitárias supõe o conhecimento de todas as fontes de informação que a instituição provê para os usuários em geral e para os especialistas. Além disso, nas bibliotecas de área os detalhes que caracterizam cada veículo de comunicação da ciência precisam ser conhecidos e explorados. Isso se deve tanto ao crescimento do número de revistas científicas quanto da literatura disponível.

Ficou caracterizado neste estudo também, que as agências nacionais de normalização trabalham dissociadas da realidade. Sabe-se que suas Comissões de Estudo são formadas por voluntários e outros interessados nos assuntos em discussão, mas constata-se que as possíveis modificações das normas não são adequadamente divulgadas. Por isso, as reformulações propostas nem sempre são acatados pelo restante da comunidade interessada. Nesse sentido, constata-se que a participação mais ativa dos mediadores da informação nessas Comissões é necessária, para que possam transmitir os anseios dos usuários potenciais do instrumento de normalização que está sendo atualizado ou criado.

Enfim, a proposta de identificar as novas tendências e o papel dos produtores e mediadores da informação foi cumprida até aqui, resta acompanhar a evolução da divulgação científica contida nestas teses e dissertações com novas estruturas, divulgadas por meios eletrônicos e em formato digital.

Inicialmente não parece que a estrutura diferenciada de uma tese em "formato alternativo" possa influenciar na sua recuperação, mas quando se volta para os procedimentos técnicos - descrição física e temática - surgem questões do tipo: se o sumário não informa que os capítulos da tese foram substituídos por artigos científicos e que eles estão em língua estrangeira, como pode o usuário final da informação identificar essa condição se não abrir o texto completo do documento? Nesse sentido, as bibliotecas digitais que armazenam os textos completos das teses e dissertações permitem que a ausência de padronização seja identificada.

As bibliotecas digitais com acervos de teses e dissertações financiadas com verbas públicas tornaram-se obrigatórias a partir do ano de 2006. Essa medida visa a democratização do acesso à informação científica, dá visibilidade ao conteúdo da produção das universidades e seus pesquisadores, caracterizando um período de mudanças. Com isso, não só a quantidade, mas a qualidade desse material é exposta para o público: especialistas e não especialistas do mundo todo.

Quando se produzem trabalhos acadêmicos que não obedecem a uma estrutura e não usam códigos conhecidos para permitir sua compreensão, os requisitos de qualidade, credibilidade e confiabilidade necessárias ao conhecimento científico também não estão sendo observados. Isto vem ocorrendo com a produção acadêmica atual e suscita uma certa preocupação em relação aos padrões, que precisam ser revistos para garantir que a divulgação científica não sofra interferências no futuro.

Não se considera que esta pesquisa traga modificações na área de Ciência da Informação, mas chama a atenção para um fenômeno que vem acontecendo a algum tempo no campo da comunicação científica e merece ser explorado. Pode ser citado o exemplo de um artigo enviado para publicação que não tenha sido aceito, ou que venha a ser publicado com correções. Nesse caso pode ocorrer uma

imprecisão não percebida pelo usuário final, que só pode ter acesso a esse artigo através da tese que o divulgou.

Além disso, existem outras discussões em relação às implicações das bibliotecas digitais, dentre elas: nem todas as instituições universitárias dispõem de espaço físico em máquina para comportar os programas de acesso livre adotados pelo governo; a divulgação de informações exclusivas de revistas científicas comerciais quando as teses contêm artigos publicados nessas revistas.

Várias sugestões podem ser feitas para trabalhos futuros: verificar quantos dos trabalhos submetidos para publicação e que constituíam capítulos de teses foram efetivamente aceitos e/ou publicados; estudar sob o aspecto histórico as causas de Unidades de ensino e pesquisa da mesma área do conhecimento apresentarem procedimentos tão diferenciados, como defesa de teses escritas em língua estrangeira; estender o estudo a outras áreas do conhecimento e outras regiões; avaliar a evolução cronológica dessa tendência e suas causas. Também a questão da co-autoria, um tema que vem sendo discutido por autores que estudam a avaliação da pesquisa e dos pesquisadores.

Referências

ALVES, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 81, p. 53-60, 1992.

AMN: Asociación Mercosur de Normalización. *Informações institucionais*. Disponível em: www.amn.org.br/br/info_institucional.asp. Acesso em 12 out. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Conheça a ABNT*. Disponível em: www.abnt.org. Acesso em 12 out. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, dez. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Normalização*. Disponível em: www.abnt.org. Acesso em 12 out. 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 229p.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por rns@puc-campinas.edu em junho 2005?

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A sociedade como realidade objetiva*. In: _____. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1976. 247p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação das teses e dissertações. *Diário Oficial [da União]*, n. 35, sexta feira, 17 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 977/65, de 3 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de pós-graduação.

BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente*. 1984. 364p. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAVALCANTI, Ilce Gonçalves e outros. Análise comparativa da produção científica entre as áreas sociais e tecnológicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSTARIAS, 11., Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t131.doc>. Acesso em: 21 set. 2005.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS CNPq, CAPES, FINEP. *Nova tabela das áreas do conhecimento: versão preliminar proposta para discussão*. Set. 2005. Disponível em: http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/NovaTabela_AreasConhecimento.pdf. Acesso em: 05 out. 2006.

CONHEÇA a ABNT: Normalização, um fator para o desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1995. 23 p. *

CUNHA, Lélia. Normalização de originais. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. , 1973.

CUNHA, Murilo Bastos da. *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001. 168p.

EPSTEIN, Isaac. *Divulgação científica: 96 verbetes*. Campinas: Pontes, 2002. 287 p

FAQUETI, Marouva Fallgatter; VANIN, Mariléia; BLATTMANN, Ursula. *Apresentação de trabalhos escolares: a biblioteca no processo de aprendizagem*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., Curitiba, 2005. *Anais...* Curitiba: FEBAB, 2005. 1 CD-ROM.

FONSECA, Edson Nery. *Problemas de comunicação da informação científica*. São Paulo: Thesaurus, 1973.

FÓRUM SOBRE ATUALIZAÇÃO DA NBR 6023: referências bibliográficas. São Paulo: ABNT, 1998.

FRANÇA, Junia Lessa. 5. ed. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GARVEY, William. D. The role of scientific communication in the conduct of research and the creation of scientific knowledge. In: *Communication: the essence of science*. London: Pergamon, 1979. p. 1-39.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HARROD, Leonard Montagn. *The librarian's glossary of terms in librarianship, documentation and the book crafts and reference book*. 4th. rev. ed. London, UK: Andre Deutsch, 1977.

KERLINGER, Fred Nichols. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU, 1980.

KOBASHI, Nair Y; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. *TransInformação*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 27-37, 2006.

KUERT, Willy. *The founding of ISO: things are going right way!* In: LATIMER, Jack. *Friendship among equals*. Disponível em: <www.iso.org/iso/em/aboutus/introduction/fifty/pdf/foundingen.pdf>. Acesso em: 12 out. 206.

LUNA, Sergio. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1999.

MACIAS-CHAPULA, César A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1982. 205 p.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MILLS, C. Wright. Do artesanato intelectual. In: _____. *A imaginação sociológica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 211-243. Tradução de *The sociological imagination*.

- MIRANDA, J. Luis Carneiro; GUSMÃO, Heloisa Rios. *Os caminhos do trabalho científico: orientação para não perder o rumo*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2003. 96 p.
- MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (Org.). *Alfabetização digital e acesso ao conhecimento*. Brasília, DF: UnB, 2006. 257p.
- MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (Org.). *Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão*. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. 212p.
- MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (Org.). *Estrutura da informação e modelo extensivo: uma abordagem para a Ciência da Informação*. In: _____. *Informação e tecnologia: conceitos e recortes*. Brasília, DF: UnB, 2005. 257p.
- NORMAS, procedimentos e orientações para publicação de dissertações e teses da Faculdade de Ciências Médicas [da UNICAMP]. Campinas, 2005. 55p.
- NORONHA, Daisy Pires. Divulgação de dissertações de mestrado e teses de doutorado em Saúde Pública. *TransInformação*, v. 9, n. 3, p. 88-103, set./dez. 1997.
- OKUBO, Y. *Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples*. Paris: OCDE/GD, 1997, citado por MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.
- OLIVEIRA, Margarida Pinto; ARAGÃO, Esmeralda Maria de. Padrões de comunicação científica na Universidade Federal da Bahia. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 201-215, set./dez. 1992.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.
- RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Márcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147-156, 1998.
- SABBATINI, Renato. A história das revistas científicas. *Correio Popular*, Campinas. 21 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/historia/texto02.html>>. Acesso em: 09 jan. 2006.
- SANTOS, L. C.; FACHIN, G. R. B.; VARVAKIS, G. Gerenciando processos de serviços em bibliotecas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003.
- SANTOS, Maria Virginia Ruas. A norma como fonte de informação bibliográfica. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 23-30, 1982.
- SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science, *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.
- SCAF, Victoria. *Artigo científico: do desafio à conquista*. 3. ed. São Paulo: Green Forest do Brasil, 2004. 147 p.
- SCHWARTZMAN, Simon. A política brasileira de publicações científicas e técnicas: reflexões. *Rev. Bras. Tecnol.*, Brasília, v. 15, n. 3, 1984.

SILVEIRA, Tatiana Scalco. *Divulgação e política científica: do Bar do Mane à Ciência Hoje (1982-1998)*. 2000. 196p. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TREMEL, Vera Helena Farinas. Normas bibliográficas e editoriais: antigas e novas demandas. In: FÓRUM SOBRE ATUALIZAÇÃO DA NBR 6023: referências bibliográficas. *Trabalhos apresentados...* São Paulo: ABNT, 1998. p. 21-27.

UNIFORM requirements for manuscripts submitted to Biomedical Journals [of the] International Committee of Medical Journal Editors (ICMJ). *Annals of Internal Medicine*, v. 126, n. 1, p. 36-47, 1997.

VELHO, Lea. A ciência e seu publico. *TransInformação*, Campinas, v. 9, n. 3, p. 15-32, set./dez. 1997.

UNICAMP. Pró Reitoria de Pós-Graduação (PRPG). *Informação CCPG/001/98*. Disponível em: < http://www.prpg.unicamp.br/infccpg001_98.html>. Acesso em: 12 ago. 2004.

UNICAMP. Pró Reitoria de Pós-Graduação (PRPG). *Tabelas e gráficos: teses defendidas 1971 a 2005*. Disponível em: < http://www.prpg.unicamp.br/teses_7105.phtml>. Acesso em: 18 jul. 2006.

WITTER, Geraldina Porto. Normas e o produtor de ciências. In: FÓRUM SOBRE ATUALIZAÇÃO DA NBR 6023: referências bibliográficas. *Trabalhos apresentados...* São Paulo: ABNT/Mackenzie, 1998. p. 13-27.

WITTER, Geraldina Porto e outros. Dissertações de mestrado em psicologia clínica (PUCCAMP, 1975/1987): análise da estrutura geral do discurso. *Transinformação*, Campinas, v. 1, n. 1, jan./abr. 1989. p. 65-79.

ZIMAN, John. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. 164 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Carta de Solicitação de Entrevista com Coordenadores (as) dos Programas de Pós-Graduação da Área de Ciências Biológicas

Campinas, Junho 2006.

Caro(a) Professor(a):

Venho através desta solicitar a gentileza de sua colaboração em conceder-me uma entrevista de 20 a 30 minutos para desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado intitulada “**Da produção acadêmica à comunicação científica: padronização como instrumento de socialização do conhecimento**”, em fase de elaboração junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da PUC Campinas. O objetivo da pesquisa é estudar a produção científica da área biomédica da UNICAMP – dissertações e teses – quanto à apresentação formal, isto é, a normalização.

A partir do seu consentimento em fornecer depoimento oral, que será gravado e depois transcrito literalmente para análise, será possível validar os resultados através de metodologia de pesquisa qualitativa.

Em momento algum seu nome será divulgado ou relacionado em trechos dos depoimentos, no trabalho final, ou outros trabalhos decorrentes do mesmo.

Sua colaboração enquanto Coordenador da Pós-graduação e representante dos docentes atuantes nesta Unidade de ensino é imprescindível para a concretização da pesquisa. Sendo assim agradeço antecipadamente sua colaboração.

Célia Maria Ribeiro

Bibliotecária – CRB 3492

Pós-graduanda em Ciência da Informação

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

e-mail: celiam@unicamp.br

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação

Programa de Pós-graduação:

Formação/Instituição:

Levantamentos realizados nos acervos de dissertações e teses da área de Ciências Biológicas da UNICAMP constataram alto índice de trabalhos cuja padronização não está de acordo com uma Norma conhecida de apresentação de trabalhos científicos. Dentre as características observadas estão: inserção de artigos científicos (publicados em revistas nacionais e estrangeiras, artigos submetidos à publicação, artigos a serem submetidos); texto do trabalho em língua estrangeira; trabalhos formatados de acordo com normas de determinadas revistas; sumários pouco esclarecedores quanto à estrutura do trabalho.

1) Na sua opinião, este fenômeno se deve a:

- grande quantidade de artigos publicados durante o desenvolvimento da pesquisa leva à configuração de novos modelos de apresentação de trabalhos, substituindo os formatos tradicionais;
- resistência dos pesquisadores em usar normas nacionais por considerarem que são pouco eficazes;
- a Instituição não oferece treinamentos aos pesquisadores para usarem adequadamente as normas ou orientações/diretrizes de apresentação de trabalhos científicos;
- ausência de adoção de norma única para todos os cursos da Universidade;
- influência de modelos estrangeiros.

2) O Sr(a) gostaria de acrescentar algum comentário?

APÊNDICE C – Carta de Solicitação de Entrevista com Bibliotecários (as)

Campinas, 06 Junho 2006.

Cara(o) Bibliotecária(o):

Venho através desta solicitar a gentileza de sua colaboração em conceder-me uma entrevista de 20 a 30 minutos para desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado intitulada **“Da produção acadêmica à comunicação científica: padronização como instrumento de socialização do conhecimento”**, em fase de elaboração junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da PUC Campinas.

O objetivo da pesquisa é estudar a produção científica da área biomédica da UNICAMP – dissertações e teses – quanto à apresentação formal, isto é, a normalização.

A partir do seu consentimento em fornecer depoimento oral, que será gravado e depois transcrito literalmente para análise, será possível validar os resultados através de metodologia de pesquisa qualitativa.

Em momento algum seu nome será divulgado ou relacionado em trechos dos depoimentos, no trabalho final, ou outros trabalhos decorrentes do mesmo.

Sua colaboração enquanto intermediário entre a informação e o usuário final nesta Unidade de Ensino e Pesquisa é imprescindível para a concretização da pesquisa.

Sendo assim agradeço antecipadamente sua colaboração.

Célia Maria Ribeiro

Bibliotecária – CRB 3492

Pós-graduanda em Ciência da Informação

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

e-mail: celiam@unicamp.br

Tel.: 3788 6476

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista com Bibliotecários (as)

Biblioteca:

Formação:

Instituição:

Levantamentos realizados nos acervos de dissertações e teses da área de Ciências Biológicas da UNICAMP constataram alto índice de trabalhos cuja padronização não está de acordo com uma Norma conhecida de apresentação de trabalhos científicos. Dentre as características observadas estão: inserção de artigos científicos (publicados em revistas nacionais e estrangeiras, artigos submetidos à publicação, artigos a serem submetidos); texto do trabalho em língua estrangeira; trabalhos formatados de acordo com normas de determinadas revistas; sumários pouco esclarecedores quanto à estrutura do trabalho.

1) Na sua opinião, este fenômeno se deve a:

- desconhecimento do assunto por parte dos alunos de pós-graduação;
- resistência dos pesquisadores em usar normas nacionais por considerarem que são pouco eficazes;
- os pesquisadores não buscam na biblioteca orientações para normalizar os trabalhos acadêmicos;
- falta treinamento para que os pesquisadores usem adequadamente as normas ou orientações/diretrizes de apresentação de trabalhos acadêmicos;
- ausência de norma única para todos os cursos da Universidade;
- grande quantidade de artigos publicados durante o desenvolvimento das pesquisas leva à configuração de novos modelos de apresentação de trabalhos, substituindo os formatos tradicionais;
- os programas de pós-graduação têm normas próprias e independem da biblioteca.

2) Das normas/orientações de elaboração de trabalhos acadêmicos a seguir, quais o(a) sr.(sra.) já teve acesso ou já usou?

() ISO 7144:1986 – Documentação: Apresentação de Teses e Documentos Similares.

() ICMJE - International Committee of Medical Journal Editors (Vancouver).

() ABNT/NBR 14724/2005 - Informação e Documentação: Trabalhos Acadêmicos: Apresentação.

() BIREME – Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde.

() Informação CCPG/001/98 da Comissão Central de Pós-Graduação da UNICAMP.

() Outra. Qual? _____

() Sentiu alguma dificuldade? Indicaria alguma delas?

3) Gostaria de fazer algum comentário ou acrescentar algo?

**APÊNDICE E - Carta de Solicitação de colaboração dos Pesquisadores
de Pós-Graduação**

Campinas, Julho 2006.

Caro(a) Pesquisador(a):

Venho através desta solicitar a gentileza de sua colaboração em conceder-me de 10 a 15 minutos para colaborar no desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado intitulada **“Da produção acadêmica à comunicação científica: padronização como instrumento de socialização do conhecimento”**, em fase de elaboração junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da PUC Campinas. O objetivo da pesquisa é estudar a produção científica da área biomédica da UNICAMP – dissertações e teses – quanto à apresentação formal, isto é, a normalização.

Sua colaboração enquanto pesquisador e usuário final da informação científica da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é imprescindível para a concretização desse trabalho. As informações fornecidas serão tratadas utilizando metodologia adequada a fim validar os resultados da pesquisa.

Em momento algum seu nome será divulgado ou relacionado em trechos dos depoimentos no trabalho final, ou outros trabalhos decorrentes do mesmo.

Sendo assim agradeço antecipadamente sua colaboração.

Célia Maria Ribeiro
Bibliotecária – CRB 3492
Pós-graduanda em Ciência da Informação
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
e-mail: celiam@unicamp.br
Tel.: 3788 6476

APÊNDICE F - Formulário aplicado aos Pesquisadores de Pós-graduação

Faculdade/Instituto:

Nível: Mestrado

Doutorado

Padrão adotado: Alternativo

Tradicional

1. No curso de graduação o sr. (sra.) teve alguma orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos e apresentação de referências e citações bibliográficas?

Sim.

Não.

2. A biblioteca e/ou o programa de pós-graduação ao qual o(a) sr (sra) está vinculado (a), oferecem apoio/treinamento suficiente aos pesquisadores, quanto à apresentação de sua dissertação/tese?

Biblioteca Sim. Não. Não sei.

Secretaria PG Sim. Não. Não sei.

3. O(a) sr. (sra.) apoiaria a adoção de formato único de apresentação de dissertações/teses pela Universidade?

Sim. Qual o motivo? _____

Não. Qual o motivo?

4. Na sua opinião o que tem levado os pesquisadores a escreverem em outros idiomas, especialmente na língua inglesa, e a publicarem suas dissertações/teses utilizando uma língua estrangeira?

5. O que motivou a escolha do modelo convencional ou alternativo para a apresentação de sua dissertação/tese?

- sugestão do orientador
- quantidade de trabalhos publicados no decorrer da pesquisa
- o modelo foi considerado mais adequado ao tipo de pesquisa
- outros motivos

6. Das normas/orientações de elaboração de trabalhos acadêmicos a seguir, quais o(a) sr.(sra.) já teve acesso ou usou?

- ISO 7144:1986 – Documentação: Apresentação de Teses e Documentos Similares.
- ICMJE - International Committee of Medical Journal Editors (Vancouver).
- ABNT/NBR 14724/2005 - Informação e Documentação: Trabalhos Acadêmicos: Apresentação.
- BIREME – Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde.
- Informação CCPG/001/98 da Comissão Central de Pós-Graduação da UNICAMP.
- Outra. Qual? _____

7. O sr. (sra.) gostaria de acrescentar algum comentário?

APÊNDICE G -Transcrição de trechos das entrevistas com bibliotecárias relacionadas à questão: desconhecimento de normas de apresentação de trabalhos acadêmicos por parte dos alunos de pós-graduação

Sujeito	Transcrição
1	<i>Não sei se seria desconhecimento da norma. No caso da [...], tem um documento com as normas da faculdade. Em relação a como confeccionar a tese, essa questão do sumário, se consta no sumário, se consta na introdução, é uma coisa que eles estão aprendendo fazendo. [...] às vezes uma pessoa senta aqui, pega cinco a seis teses que têm artigos submetidos para ver como o colega fez para montar o modelo dela.</i>
2	<i>Eles conhecem, sabem que tem que ter [normas], que tem que fazer as referências de acordo com um padrão, mas ficam confusos porque cada revista é de um jeito. As normas americanas, as que eles mais usam, têm outro padrão, e eles normalmente seguem as referências das revistas americanas e não têm conhecimento das normas da ABNT. Acabam misturando muito. São muito poucos que buscam ajuda [na biblioteca].</i>
3	<i>Nem é tanto por desconhecimento, às vezes eles desconhecem as normas, mas dentro da Universidade isto também não está muito claro, não existe uma norma clara estabelecida para isso. Quando tivemos o primeiro caso de tese com artigo nós saímos procurando na Universidade quem já tinha feito para ver como faríamos. Então na realidade, eu acho, que ainda não existe uma normatização por escrito para fazer dessa ou daquela forma, eu pelo menos não encontrei. A universidade ainda não estava muito pronta para isso.</i>
4	<i>Desconhecimento não é. Eu acredito que é opção da área, por exemplo, a medicina usa muita coisa em inglês. Então você fala em português e eles já estão pensando em inglês, porque a base de dados que eles usam está em inglês, a publicação que tem a classificação das revistas - as mais bem conceituadas dentro das áreas - está numa base [de dados] em inglês. É tendência da área. Tem outras áreas como fonoaudiologia e farmácia em que [o inglês] não é tão forte. Quanto ao sumário, aqui na [...] existe um setor que cuida da editoração, faz correção, tradução de título e abstracts. Eles também fizeram um manual que o aluno segue para elaborar o projeto, a dissertação.</i>
5	<i>Não [não é desconhecimento de normas], porque para fazer a tese alternativa usou-se muito a deliberação [CCPG 001/98], e na deliberação isso não está muito claro, o que acabou deixando confuso tanto o pessoal da biblioteca, que passa orientação para o aluno, quanto o aluno propriamente dito. Quanto se instituiu a tese alternativa, com a deliberação CCPG001/98, não ficou claro, tanto para as bibliotecas como para os alunos, como eles deveriam proceder na elaboração da tese alternativa. Por isso que ocorre de terem artigos em inglês outros em português, porque nós entendemos que na tese alternativa o artigo deve vir no idioma original da publicação. E o fato [do artigo] aparecer no anexo ou na parte de texto, também a deliberação não deixou muito claro, ela menciona que pode sim deixar no final do trabalho.</i>

APÊNDICE H - Transcrição de trechos das entrevistas com bibliotecárias relacionadas à questão: os pesquisadores procuram ajuda da biblioteca na hora de normalizar os trabalhos?

Sujeito	Transcrição
1	<i>Sim ..., consultam a biblioteca, vêm pedir orientação... O que mais eles usam - do bibliotecário no caso - é a busca e recuperação de artigos. Tanto como se faz a busca através de descritores, até como conseguir o artigo completo daqueles [artigos] que eles já têm o resumo e as referências. Às vezes eles têm o assunto e aí nós fazemos a pesquisa ou orientamos como fazer.</i>
2	<i>Quando... Praticamente depois que já defenderam, atendi a muito poucos. Só quando a banca diz que tem alguma coisa errada eles procuram saber como arrumar. Estou atendendo a um rapaz que vai defender [a tese] e está preocupado em fazer certo, diferente das outros que defendem primeiro e depois é que vão corrigir. Realmente os alunos procuram pouco a biblioteca para auxílio na parte de normalização. Gosto de mostrar, sentar do lado com as pessoas porque a norma às vezes também é meio duvidosa, e, porque a banca às vezes também questiona.</i>
3	<i>Sim buscam, buscam... Embora tenhamos colocado no site uma norma de tese para essa questão da normalização (norma de referência e apresentação de trabalho). Colocamos também um boneco na página da pós-graduação e da graduação. Tem dado muito resultado e o pessoal tem achado ótimo, porque é prático: entra lá, digita e o trabalho fica pronto. Então, acaba seguindo um determinado padrão, ficando assim padrão da Faculdade. Ela [a norma] tem alguma diferença para as monografias, mas são coisas pequenas. Uma das diferenças é em relação à paginação, porque pela ABNT não se numera aquelas páginas prefaciais, e para a Unicamp tem que ter [paginação]. A gráfica só aceita com as páginas prefaciais. Para as monografias seguimos a norma correta.</i>
4	<i>Procuram sim... antes da editoração. Aqui muitos dos alunos vão para a defesa com um boneco, que é feito pelo autor e depois de defendida [a tese] é que vai para a editoração. A defesa de vários departamentos é feita com o boneco. [...] Normalmente eles aparecem aqui assim em três estágios, três períodos: quando entram ou estão pensando entrar na pós-graduação - para fazer levantamento bibliográfico da área. O professor normalmente sugere que levantem trabalhos sobre o tema na área, pesquisem os assuntos. Depois, na hora de pegar o material para fazer o projeto e para a qualificação e depois na hora do encerramento, de fazer a ficha catalográfica, ou alguma dúvida de referência bibliográfica.</i>
5	<i>Na biblioteca da [...] já existia um manual de orientação para o aluno normalizar as dissertações e teses, isto antes de 1998. Depois, foi feito um outro manual que vigorou até 2003. Nessa época ocorriam muitas opiniões divergentes entre a biblioteca e os professores. Em 2003, foi feita uma revisão do manual que já existia, só que esta revisão foi feita junto com a comissão de pós-graduação. Então isso foi uma iniciativa muito boa, porque os professores puderam opinar sobre vários pontos do manual. E algumas alterações foram feitas, inclusive na hora de fazer a lista das referências, não foi mais utilizada a ABNT, foi utilizada a norma de Vancouver.</i>

APÊNDICE I - Transcrição de trechos das entrevistas com bibliotecárias relacionadas à questão: treinamento para que os pesquisadores usem adequadamente as normas.

Sujeito	Transcrição
1	<i>Não. Não tem [treinamento], acho que vale a pena. Mas tem pegar algumas coisas gerais, por exemplo: o que é o Comitê de Ética e Pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a questão da transferência dos direitos autorais - que você não pode submeter [o artigo] para outra revista, essas coisas básicas da publicação científica que as pessoas não sabem, tem que ter esclarecimento. A própria norma... ela na verdade não é uma norma, Vancouver - são requisitos uniformes onde já explicam justamente essas coisas, mais do que referências, a questão dos documentos mesmo, processos, ética da pesquisa, declaração de que não há conflito de interesses, se a pesquisa foi financiada por alguma instituição. Tudo isso tem que estar bem claro na hora que você está fazendo, porque se faz on-line.</i>
2	<i>O principal é o treinamento mesmo, ter uma regra para toda a Universidade e intensificar o treinamento. Dou treinamento de pesquisa em base de dados - referência e normalização ainda não, mas a idéia e intensificar os treinamentos.</i>
3	<i>[...] era difícil às vezes conseguir juntar o pessoal, você juntava um grupo e daqui a pouco surgia dúvida no outro grupo, não dava muito resultado. Decidimos montar o manual [que está na internet] que tem dado certo, o pessoal tem gostado. [...] As dúvidas são específicas, bem pontuais mesmo, então quando eles vêm procurar ajuda é para uma coisa bem pontual.</i>
4	<i>A gente só faz treinamento de acesso às bases de dados. Na hora que a pessoa está escrevendo ela segue essa publicação desse setor [de apoio]. Nas dúvidas é que eles entram em contato, mas [provavelmente] procuram o setor de apoio.</i>
5	<i>O treinamento não está sendo realizado porque eles já têm uma disciplina de metodologia científica, onde aprendem a fazer toda a parte de introdução, revisão, etc., e o que essa disciplina não compreende, eles conseguem tirar a dúvida pelo manual. O manual vai auxiliar o aluno na hora de formatar o trabalho, na hora de fazer a citação dos trabalhos na tese, e também na hora da elaboração do capítulo das referências, como proceder na hora de montar uma tabela ou um quadro. Então, o manual vai tirar dúvidas nesta parte, porque as outras o aluno vai tirando a dúvida com o próprio orientador: como faz a introdução, a revisão de literatura...O professor vai lendo e orientando.</i>

APÊNDICE J - Transcrição de trechos das entrevistas com bibliotecárias relacionadas à questão: norma única para a Universidade

Sujeito	Transcrição
1	<i>Eles [os alunos] na verdade têm dificuldade em interpretar quaisquer normas, não entendem o que é, o que quer. O que eles querem é que você explique como ele faz para fazer do jeito que estão pedindo. E hoje a orientação, a angustia... a angustia é publicar, é entender as normas da revista. Porque tem revistas têm normas mais claras, outras não têm.</i>
2	<i>Acho que sim, porque as poucas pessoas que vêm aqui procurar auxílio, eles se queixam de não ter regra. Porque o orientador fala uma coisa, a banca fala outra, a bibliotecária fala outra. Eles ficam totalmente perdidos. Acho fundamental ter regra, ter treinamento, divulgar mesmo. É muito importante, ia facilitar o trabalho de todo mundo.</i>
3	<i>Esta questão das normas [os alunos] questionam. Às vezes eles chegam aqui e dizem “ah porque a gente não pode ter uma norma só, eu vou publicar em determinado lugar e tenho que usar a norma tal e a norma tal...”.</i>
4	<i>Acho que não, aqui se tentou adotar a ABNT por completo. Anterior à Vancouver se adotava a ABNT mais as opiniões da [...], mas era uma coisa meio normatizada aqui dentro, não era nem ABNT nem a outra. [...] pelo menos se adotou uma norma que é reconhecida mundialmente pela área, ela é um padrão na área.</i>
5	<i>Eu acho particularmente que não deve. Porque? eu acho que os cursos de pós-graduação acabam divergindo porque eles têm certas particularidades que devem ser respeitadas. Mas acho que a instituição deve ter uma norma que seja de comum acordo com a biblioteca e com a comissão de pós-graduação, para facilitar para o aluno na hora de desenvolver o trabalho. Quando tiver alguma dúvida, se ele [o aluno] for à pós-graduação ou à biblioteca, ele vai ter a mesma resposta. Vai ter a mesma informação.</i>

APÊNDICE K - Transcrição de trechos das entrevistas com bibliotecárias relacionadas à questão: grande quantidade de artigos publicados durante o desenvolvimento das pesquisas leva à configuração de novos modelos de apresentação de trabalhos, substituindo os formatos tradicionais.

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>Aqui na [...] eu acho que é avaliação da produção científica e do docente, não sei se isto existe formalmente, se é norma, se é regra, mas é o que se diz. O comentário é: se você faz o mestrado você tem que publicar, se você publicar você já vai direto para o doutorado, se você não publicar, você não entra no doutorado. Então o pós-graduando tem essa preocupação em relação ao doutorado, isto é um ponto. Outro ponto é, que se ele já faz isso antes da defesa, se ele já tem o artigo pronto essa questão do doutorado já está mais amarrada. Aqui isso é regra, ele tem que submeter [artigos], isto é, agora já não é mais para defender a tese que ele tem que submeter, mas para o mestrado. Já tem o vínculo com o doutorado como um ponto forte. Outro ponto forte é a produção científica, que vai contabilizar a produção do mestrando e do orientador. Então, aqui uma tese de mestrado sai de um a dois artigos, na de doutorado sai às vezes até três artigos.</i></p>
2	<p><i>Talvez pela cobrança. Normalmente os alunos têm bolsa, são cobrados, até mesmo os docentes são cobrados, por produção científica. Pode ser por isso, cobrança mesmo... Eu fui dar conta dessa mudança quando vim para cá, e vi que as teses são diferentes do que a gente conhece, que aprendeu, elas têm os artigos no meio. A que se deve? Acho que é basicamente influência de outros países.</i></p>
3	<p><i>Eu vejo duas coisas: uma é a exigência da CAPES, de que o aluno tenha publicado um artigo numa revista científica com [classificação] QUALIS razoável para poder defender [a tese]. Eu acho que isto ocorre porque para publicar numa revista que tenha QUALIS alto, ou numa revista internacional, você tem que ter feito um trabalho de pesquisa muito bom. Então, eu acho que isso é um passo para a dissertação, e que esse conceito começou a mudar aí. Às vezes a pesquisa já está terminada com tudo validado, daí se coloca o artigo na tese para poder defender. Acho que a mudança começou aí.</i></p>
4	<p><i>Acho que é parte da avaliação do docente, é uma forma que o docente tem de juntar tudo, a orientação com o acréscimo na publicação dele. E os programas de pós-graduação exigem publicação...</i></p>
5	<p><i>Demorou um pouco para acontecer essa inversão, porque quando saiu a deliberação [CCPG 001/98], poucas pessoas tinham conhecimento sobre a tese alternativa. Quando alguém ia procurar a biblioteca e acabava fazendo a defesa [com esse formato], outros docentes vinham perguntar se isso era possível. Aí mostrávamos e explicávamos a deliberação, assim foi crescendo aos poucos, eles foram aceitando e isso virou quase que uma febre. E essa não é uma preocupação só nossa, é uma preocupação também de vários docentes. Tem alguns docentes da [...] que comentaram conosco que como orientadores, no mestrado, eles não vão permitir fazer a tese alternativa. Eles querem que o aluno aprenda a escrever, a fazer uma tese tradicional.[...] fazendo o mestrado, o aluno do doutorado pode sim usar a deliberação e fazer a tese alternativa.</i></p>

APÊNDICE L - Transcrição de trechos das entrevistas com bibliotecárias relacionadas à questão: os programas de pós-graduação têm normas próprias e independem da biblioteca

Sujeito	Transcrição
1	<i>Aqui tem um grupo de assessoria técnica com uma pessoa que faz a correção das referências - não é um profissional bibliotecário, mas ela faz a correção das referências, tem pessoas que fazem a correção de português e tem a pessoa que faz a editoração. No departamento as teses, com raras exceções, são editoradas pela mesma pessoa, e ela já tem um padrão, já deixa um modelo pronto, então todas as teses ficam iguais. Depois elas são colocadas em .pdf no CD que é mandado para a Biblioteca Central para a Biblioteca Digital.</i>
2	<i>[...] a pós-graduação não trabalha em conjunto [com a biblioteca]. Agora com esse treinamento do programa de capacitação - não dou treinamento sobre normas - comento que estamos à disposição para orientar, dou as normas e inclusive o site [endereço] para fazer referências. E também o site que tem algumas orientações, o básico: capa, introdução, referências, conteúdo...</i>
3	<i>Nós trabalhamos juntos, mesmo quando fomos construir esse material que foi colocado na página, tudo foi feito junto com a pós-graduação. A questão de ficha catalográfica, de repassar a tese e deixar à disposição para a biblioteca digital, ver a forma, o formato, se está tudo certo... temos um bom relacionamento.</i>
4	<i>Totalmente independente.</i>
5	<i>A comissão de pós-graduação e a biblioteca trabalhando juntas puderam elaborar um manual. E esse manual é muito bem aceito pelos alunos, e os alunos desde sempre vão à biblioteca perguntar, tirar dúvidas em vários pontos. Algumas coisas que eles têm dúvida - principalmente nas teses alternativas, eles vêm à biblioteca. Eles nos procuram para fazer um trabalho o mais próximo possível da norma.</i>

APÊNDICE M - Transcrição de trechos das entrevistas com bibliotecárias relacionadas à questão: Deliberação CCPG 001/98 da UNICAMP e ABNT

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>Usa [ABNT] às vezes para monografias, algumas monografias de especialização. Eu sempre pergunto onde o trabalho vai ser apresentado, porque às vezes a pessoa é um especializando aqui, ou um estagiário... Se ele vai apresentar na faculdade, tem que ver se lá na faculdade usa a ABNT, então explicamos a ABNT, mas se ele for apresentar aqui na (...), então a gente procura seguir as normas daqui. A (...) sempre trabalhou com um mix da ABNT e da Vancouver. [...] Só que agora, mesmo os especializandos estão sendo chamados para publicação de artigos. Então o que está acontecendo na pós -, está acontecendo também no nível das especializações e do aprimoramento. Eles também estão entrando na questão de publicação, e aí é claro que procurando revistas nacionais. [...] vai direto na norma da revista, escolhe a revista e utiliza a norma.</i></p>
2	<p><i>Conheço aquela que informa o básico: capa, introdução, sumário... Não, [não usa outras normas] mais é para referência, citação. Essa de apresentação de trabalhos acadêmicos quando pedem auxílio consulto junto com eles. A gente acaba decorando algumas coisas, mas gosto sempre de consultar. [...] comentei que poucos alunos procuram a ABNT, acho que é justamente porque eles seguem esse outro padrão, de colocar artigos, não seguem o formato tradicional.</i></p>
3	<p><i>O pessoal do laboratório (...) que trabalha nessa área de exatas começou a questionar porque tinha visto esse tipo de dissertação, de tese. Foi a primeira que saiu [nesse formato], aí fomos buscar no modelo da medicina porque não conhecíamos mesmo. A [CCPG] é de 1998, acho que está na hora de rever, de repensar um pouco porque inclusive, essa abertura que ela dá para colocar artigo, não diz aonde ele deve aparecer, o formato, e se além do artigo o que mais pode ser colocado, [...] é meio complicado isso. [...] E está na hora também da gente sentar, enquanto bibliotecários [...] e falar uma língua só, porque temos vários formatos aqui dentro da Universidade, cada um cria o seu.</i></p>
4	<p><i>Agora mudamos, não usamos mais a ABNT, usamos Vancouver que é bem popular entre as revistas, a maioria delas usa, dependendo da área Os alunos estão acostumados, é como uma continuação para eles. Já a ABNT é mais problemática.</i></p>
5	<p><i>Têm algumas situações em que nós ainda utilizamos a norma da ABNT, como por exemplo na hora de fazer a referência de leis, de portarias, documentos produzidos por ministérios. A ABNT é muito clara nessa parte, e a Vancouver não, porque ela não atende à nossa realidade, então usamos a ABNT para essas particularidades. Só nestes casos. [...] a NBR10520, que é apresentação de citação em documentos, também não usamos na totalidade porque achamos que quando foi reformulada [em 2002] ela ficou muito confusa para os alunos. O uso de maiúscula e minúscula em diversas partes, dependendo de como você cita os autores... Então, na citação adotamos a NBR10520, mas sugerimos que os autores sejam citados todos em letras minúsculas, é uma adaptação.</i></p>

APÊNDICE N - Transcrição de trechos das entrevistas com Coordenadores relacionadas à questão: está mudando o conceito de teses e dissertações

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>[...] o que está incentivando mais os orientadores a fazerem com que seus alunos partam para esse formato alternativo, seria especificamente no caso da nossa área, não sei como são as outras áreas.... Seria aquela “pressão” que nós temos, da CAPES para que o nosso curso tenha uma produção boa, compatível com o conceito que nós queremos para ele.</i></p> <p><i>Quando eu era coordenador de programa e nós estávamos discutindo as normas que a Pós-graduação ia adotar para o formato alternativo cada coordenador de programa tinha uma idéia e brigava veementemente por aquela idéia. Alguns achavam que o trabalho não tem que estar aceito, outros perguntavam: ” o que a banca examinadora vai fazer? É um outro tipo [de trabalho], se colocarmos ‘trabalhos enviados’ todo mundo vai fazer no formato alternativo”. Mas qual a função do formato alternativo? É mostrar para a Faculdade que só alguns professores conseguem fazer o formato alternativo, ou é realmente para melhorar a produção do programa? Logicamente que é melhorar [a produção do Programa]. Depois de muita discussão acabaram decidindo que seria trabalho ‘enviado’ pelo menos, não pode ser [um trabalho] ‘a ser enviado’.</i></p>
2	<p><i>A UNICAMP já prevê que esses capítulos podem ser artigos que o aluno já publicou, submeteu ou está em fase de redação para submissão. O artigo segue a normas de publicação da revista. Hoje em dia há uma grande cobrança para que as teses sejam publicadas, a própria CAPES cobra muito isso. [...] diminuiu bastante o numero de teses que ficam na gaveta, porque o aluno depois que se envolve com outras atividades [depois da defesa], dificilmente consegue retomar a tese para reestruturar, porque se exige uma grande reestruturação para transformá-la em artigo, e colocar esse trabalho nas revistas científicas, que é aonde a comunidade vai ter acesso de fato àquele conhecimento. Então, o conhecimento gerado acabava se perdendo um pouco..., nas gavetas. [...] Quando voltei ao Brasil eu trouxe da Suécia duas teses com esse formato com artigos. Lá os alunos saiam da pós-graduação com a tese praticamente publicada, porque eles consideravam isso muito importante, colocar a informação à disposição da comunidade científica. Essa é a [melhor] maneira de democratizar o conhecimento. Começamos aqui em 1997, desde então nenhum aluno meu defendeu tese que não tivesse esse formato.</i></p>
3	<p><i>O conceito está mudando, primeiro porque a maioria dos programas [de pós-graduação] exige que o aluno durante o curso tenha publicações, e segundo, é que você encontra muitas teses que foram defendidas e depois o aluno não se preocupou em mandar para publicação. Na minha opinião é um conjunto de situações que leva a isso. Em terceiro lugar está a exigência da CAPES em relação à publicação dos docentes, e uma das formas dos docentes publicarem, principalmente na área biológica é publicar junto com os alunos do grupo. [...] esse modelo é novo no Brasil, em alguns países, eu posso citar a Bélgica, por exemplo, onde para se obter o título de doutor você tem um conjunto de trabalhos que depois de publicados são apresentados para uma banca onde se discute e debate a linha [de pesquisa] para obter o título de doutor. [...]. Eu acho que isso é uma tendência internacional e que não estamos fugindo muito dessa tendência.</i></p>
4	<p><i>Este fenômeno é muito claro. A pesquisa e a ciência, para serem válidas têm que ser divulgadas, e se chegou a uma situação em que quase toda a produção nacional estava ficando nas prateleiras, faltava uma forma das instituições colocarem essa produção disponível para o mundo. Era muito comum ver que uma parte da produção científica, teses e dissertações, que acabava nunca sendo publicada, não porque não fosse aceita, mas porque não era nem enviada para publicação. O investimento feito fica parado se não publica. [...]. Essa é uma tendência e acho que não só da Unicamp. Principalmente a área médica tem permitido esse formato alternativo, que contempla o artigo científico já publicado ou enviado para publicação em determinado periódico, inclusive permitindo que eles se apresentem no formato e língua originais. Na [...] já tem esse modelo, não chamado mais ‘alternativo’, mas obrigatório. Necessariamente o trabalho deve, não digo estar publicado porque o aceite definitivo da publicação depende da avaliação pelos pares do referee da revista, mas deve ter sido submetido para publicação.</i></p>

APÊNDICE O - Transcrição de trechos das entrevistas com coordenadores relacionadas à questão: desconhecimento ou resistência dos pesquisadores em usar normas nacionais

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>É não podem [ter resistência, seguem as normas das revistas]. A ABNT seria mais para o formato tradicional, introdução, revisão da literatura, proposição, materiais e métodos... As referências... Fica até engraçado no formato alternativo, porque você usa na introdução geral, nas considerações finais, porque cita os trabalhos e então é obrigado a colocar nas referências, e esse formato das referências no final é ABNT. Na parte de capítulos, onde tem os artigos são as referências da revista. Isso na cabeça do aluno não fica claro. Eles vêm perguntar: “professor o que eu coloco nas referências da tese, qual o formato, qual a revista?” Então explico que têm que colocar da forma tradicional.</i></p>
2	<p><i>Cada revista tem a sua norma, não tem como a biblioteca dar uma orientação diferente daquilo que a revista exige. O aluno e o orientador entram no site da revista onde tem toda a orientação de como o trabalho deve ser publicado. Naquele momento, porque para outro artigo é uma outra [norma], inclusive a referência bibliográfica, a forma do texto, a citação no texto é diferente, até o tipo de letra e o tamanho... Poderia usar normas da ABNT nas partes mais tradicionais da tese: introdução, objetivos (que têm que ser em português), revisão bibliográfica, tema da tese, referências bibliográficas, daí sim ele pode optar por uma determinada norma. [...] na ultima reunião da CCPG passou uma substituição dessa norma [CCPG 001/98] vai ser atualizada.</i></p>
3	<p><i>Eu acho que não, não desconhecem. [...] aqui é uma área multidisciplinar que tem tanto trabalhos da área biológica como da área de humanas. A área de humanas ainda adota aqueles trabalhos tradicionais, que não têm artigos, primeiro publica a tese toda e depois que defende é que se publica [...] é uma característica da área. [...] convivemos, pela própria dinâmica da área, com mais modelos. Por isso no nosso regimento não temos [definido] que tem que ser desta ou daquela forma, e se tentar implementar não vai dar certo. Eu acho que a Universidade talvez vá apontar algumas coisas possíveis de serem normatizadas em qualquer modelo, como a ficha catalográfica... A tese necessita obrigatoriamente ter uma introdução e uma conclusão. Dentro da tese você pode pôr quatro, cinco, seis trabalhos, que tenham coerência dentro de um trabalho maior e faz uma conclusão final e uma introdução comum, ou pode adotar outras formas, mas eu acho que não dá para padronizar.</i></p>
4	<p><i>Esse foi o motivo porque fizemos esse documento [normas e procedimentos da Faculdade], junto com o pessoal que cuida da parte da editoração, porque o formato alternativo começou a ser adotado e algumas regras não estavam claras. Cerca de 95%, ou mais, dos periódicos da [...] usa a norma de Vancouver. Considerando que a grande maioria dos trabalhos em nível mundial usa essa norma, chegamos à conclusão que seria melhor usa-la para as referências. Isso facilitou para todo mundo, porque na hora que se faz a tese é de um jeito, quando vai enviar para a revista muda o formato. Os programas auxiliares, como o End Note que ainda não é de acesso amplo, facilitam o nosso trabalho também. A introdução, conclusão e objetivos, dependendo dos artigos devem estar em português, mas o corpo principal, dependendo da pesquisa e do resultado que ela produziu podem ser incluídos mantendo a língua original. [...] Vamos ter uma reunião para fazer uma reformulação [da CCPG 001/98]. Ela foi feita há 8 anos não é novidade, no entanto precisa ser atualizada. Foi sugerido também à PRPG que crie um grupo [de apoio técnico] para as outras unidades, é muito importante esse apoio para manter a qualidade.</i></p>

APÊNDICE P - Transcrição de trechos das entrevistas com Coordenadores relacionadas à questão: norma única para a Universidade e participação da biblioteca

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>A universidade é muito heterogênea, as áreas são bem diferentes. Mesmo dentro das biológicas, a parte médica, a parte odontológica, educação física, biologia também...tem vários trabalhos de campo. Mesmo a odontologia, na parte de odontologia social, experiências com materiais dentários, química, física... Infelizmente tem que deixar a norma meio aberta não é? Para que cada área dentro de suas peculiaridades mantenha [um padrão].</i></p> <p><i>Eu acho que quando se coloca uma coisa muito específica você acaba também 'engessando' todo o mecanismo, se deixa em aberto tem uma flexibilidade maior. Em compensação começa a ocorrer uma despadronização, acho que é complicado resolver isso, é difícil achar o meio termo. Existe uma apostila que temos disponível no site da PG daqui da faculdade sobre as normas - das dissertações e teses - e também para o formato alternativo. Fica disponível no site para os alunos e orientadores consultarem, mas ainda chegam trabalhos aqui fora dos padrões, sempre damos uma olhada geral, mas mesmo assim acaba ficando alguma coisa fora de padrão.</i></p> <p><i>[...] Chegou uma época que a pós-graduação tinha uma norma que e a biblioteca tinha outra, finalmente chegou-se a um consenso. Antes era o aluno junto com o orientador que faziam a ficha catalográfica, cada um fazia de um jeito. Hoje, a bibliotecária corrige todas as referências bibliográficas, ela faz a ficha catalográfica e só depois da defesa manda por e-mail para o orientador. Então facilitou muito esse contato.</i></p>
2	<p><i>[...] nesse formato de artigo, não tem muito como a biblioteca dar uma orientação diferente daquilo que a revista exige, a não ser se o aluno não entendeu como fazer. Fora isso eles é que têm que escolher a revista juntamente com o orientador, e a revista tem normas próprias. Se for a ABNT, nesse caso sim a biblioteca poderia ter um papel importante de disponibilizar uma orientação para as pessoas que optarem por essa, ou por outra norma, para saber como se faz a referência de uma revista, de um livro, de capítulo, resumo de congresso, etc. [...] Disponibilizar na página [site] um detalhamento dessas normas seria fantástico, seria muito bom mesmo. Já na parte dos capítulos da tese que são os artigos, aí não tem o que fazer, porque tem que seguir o que a revista estabelecer.</i></p>
3	<p><i>Não porque as áreas têm particularidades, acho que uma norma única é difícil. Aqui na faculdade eu vejo isso, a área de humanas vai publicar na forma tradicional e a área biológica já está aderindo a essa outra forma com artigos. Na medicina, por exemplo, talvez a maior parte da área médica vá por este caminho, talvez uma ou outra área não, dependendo da linha [de pesquisa]. Agora isso é diferente aqui na nossa área por conta dessa diversidade de objetos de estudo, não dá para implantar um modelo só.</i></p>
4	<p><i>Embora tenhamos lançado um manual para uso da [...], inclusive fizemos um evento amplo para divulgação, ainda assim tem alunos e professores também, que desconhecem o padrão adotado aqui, e chegam com a tese com o formato antigo. Recebemos até elogios, porque esse padrão é reconhecido e muito bem aceito. O que não adotamos da Vancouver foi a citação numérica no texto. Achamos por bem adotar o sistema alfabético, porque pela numeração e por ordem de aparecimento [no texto] ia complicar muito. [...] Na qualificação pode ter uma sugestão ou outra e modificações de última hora iam complicar para o aluno e para o orientador também. Uma tese de doutorado chega a ter 4 artigos, nesse caso corre o risco de alterar toda a ordem e a correção fica trabalhosa. Então essas foram as duas únicas alterações: autores numerados por ordem de aparecimento no texto e a lista numérica. Sabendo que os artigos que fazem parte do corpo da tese seguem as regras da revista.</i></p>

APÊNDICE Q - Transcrição de trechos das entrevistas com Coordenadores relacionadas à questões não previstas inicialmente: processos de produção

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>Quer maneira melhor do que já produzir o seu trabalho? Além de ser mais fácil, teoricamente mais fácil... Porque mesmo que você faça no formato tradicional vai ter que transformar tudo aquilo em artigos. O custo da tese é muito mais em conta, porque não tem fotografias, não tem páginas coloridas, é tudo resumido. Se deixar para os alunos eles, com certeza vão usar o formato alternativo.</i></p> <p><i>Esse formato alternativo quando comparado com a tese tradicional acaba omitindo alguns passos: uma metodologia mais detalhada, fotografia que tem na tradicional, uma revisão de literatura extensa, que demora bastante tempo para fazer. No caso do formato alternativo não, ele vai seguindo a ordem: a introdução geral, uma proposição e já ganha o trabalho no formato de uma determinada revista. Isso facilita muito, mesmo que não tenha o trabalho publicado, isso encurta alguns passos para que se chegue ao produto final, que seria a publicação. [...] no formato alternativo já pega a introdução de um outro trabalho, ele só vai checar a (com a tese?), não precisa fazer o resumo do trabalho. É um mínimo de trabalho. Eles preferem...</i></p>
2	<p><i>Agora o aluno vai publicando à medida que vai desenvolvendo a tese. Tem alunos que defendem a tese já com metade da tese publicada, isso é bom, para a pós-graduação [...] O aluno faz a tese no padrão tradicional e depois ele não vai escrever mais nesse formato, ele vai escrever artigos. Esse treinamento que ele recebe também durante o doutorado, esse aprendizado da forma de escrever um artigo, é um ganho muito grande para o aluno de pós-graduação, ele sai preparado para esse tipo de atividade, que é o ele vai ter que fazer o restante da vida dele, na carreira acadêmica, se ele for para a carreira acadêmica.</i></p>
3	<p><i>Eles aceitam bem, porque se ele faz a tese e depois tem que transformar em artigo... Durante [o desenvolvimento] da tese eles já selecionam a revista que vão publicar e usam a norma da revista, facilita para o aluno. E para o orientador é uma garantia de que o trabalho pelo menos foi submetido, se vai ser aprovado ou não é outra coisa, mas se já foi submetido já produziu alguma coisa e a tese não vai ficar na prateleira não é? Para o aluno é melhor porque ele já aprende a escrever, porque escrever uma tese com 80, 100, 200 páginas é uma coisa, agora resumir tudo e colocar num trabalho com 5, 6 páginas é um outro exercício. Eu acho que isso é uma forma de aprendizado muito boa para o aluno, porque se for seguir a carreira acadêmica vai ter que publicar.</i></p>
4	<p><i>Não sei se os alunos têm dificuldade, mas me parece que facilita a vida deles. Nesse manual que lançamos, tem o CD, que é uma pré-formatação com dedicatória, agradecimentos, etc. que eles usam para fazer essa parte da estrutura da tese. A [...] conta com um..., na verdade dois setores técnicos que têm profissionais como: fotógrafo, desenhista, o pessoal que faz a editoração e deixa tudo pronto para mandar para a gráfica, tem pessoas que conferem as referências, o grau de precisão [dos dados]. O objetivo maior é facilitar, garantir, que principalmente na área da saúde, o aluno que arruma emprego fora e depois acaba não publicando, faça esse exercício durante sua formação.</i></p>

APÊNDICE R - Transcrição de trechos das entrevistas com Coordenadores relacionadas a questões não previstas inicialmente: critérios para inserção de artigos, língua das publicações, co-autoria

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>O ideal seria 'a ser enviado', porque tanto a banca da qualificação quanto a banca da defesa poderiam sugerir algo, perguntar da mesma maneira para o aluno da nas questões gerais, e até sugerir algo para que o trabalho seja enviado para publicação sem muito erro. Ao passo que muitas vezes você pega um trabalho que está publicado, questiona o aluno, ele concorda com você, mas já está escrito da maneira errada, não tem como corrigir, porque a tese você pode corrigir. Todas as reuniões [da PG] se discutia isso, daí chegou uma hora que ficou decidido que seria 'enviado' pelo menos, já que normalmente volta e se pode fazer alguma correção.</i></p> <p><i>Quem normalmente consulta os trabalhos são pessoas da área: alunos, professores que já conhecem o inglês técnico. [...] Não necessariamente no formato alternativo você precisa colocar [os artigos] em inglês para publicar, pode mandar para uma revista nacional. Logicamente que a exigência, dependendo de cada programa tem um mínimo: para doutorado se exige que um dos trabalhos seja enviado para revista Qualis C internacional, da [...]. E nenhuma revista Qualis C internacional é em português, então pelo menos um trabalho em inglês vai ter. Muitos orientadores falam: "estou mandando para uma revista internacional, mas eu quero que o meu trabalho, que o meu aluno apresente a tese toda em português, estamos no Brasil, fazer na língua portuguesa, eu acredito que um número maior de pessoas terá acesso àquele trabalho. A versão em inglês está lá na revista para ser publicada". Eu já participei de banca onde todos os trabalhos foram enviados para revistas internacionais e os trabalhos estão todos em português, e já participei de bancas em que os trabalhos estavam todos em inglês.</i></p>
2	<p><i>É uma barreira estar em português, no mundo são poucos os países de língua portuguesa, e ela não é uma língua falada no mundo científico, a língua padrão é o inglês. Então os trabalhos que estiverem em inglês têm divulgação garantida, porque o mundo científico se comunica em inglês, e isso é bom para a divulgação do trabalho científico que se faz aqui no país. [...] O resumo em inglês nas teses é muito pouco diante da quantidade de informações que uma tese tem.</i></p>
3	<p><i>Eu participei de uma banca onde [a tese] já tinha um trabalho publicado e um submetido, em outra banca tinham dois [trabalhos] submetidos, na outra tinham dois ou três trabalhos publicados, está variando muito. Eu acho que... Não sei se em outros programas já tem uma norma, você só pode incluir se já estiver publicado.</i></p>
4	<p><i>A gente sabe que tem o aluno e o orientador, e no artigo entram outros membros do grupo de pesquisa. A [...] não aceita co-autores que façam parte da banca, está proibido. Na UNICAMP não existe norma para isso. Acho que isso vale a pena discutir nessa reformulação [da CCPG 001/98].</i></p>

APÊNDICE S - Transcrição de trechos das entrevistas com Coordenadores relacionadas à questão: reconhecimento e vantagens

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>[...] se deixar para os alunos, eu acredito que... não colocaria 100%, mas 90% deles preferem o formato alternativo, porque todos querem fazer currículo para concurso público. E quer maneira melhor do que produzir o seu trabalho? Além de ser teoricamente mais fácil... Porque se você faz no formato tradicional vai ter que transformar tudo aquilo em artigos. O custo da tese é muito mais em conta, porque não tem fotografias, não tem páginas coloridas, é tudo resumido. Se deixar para os alunos eles, com certeza vão usar o formato alternativo.</i></p>
2	<p><i>O fato de ter a tese no formato de artigos, ou incluindo artigos, garante também produção para os programas de pós-graduação e com isso uma boa avaliação junto à CAPES. A tese só tem validade se for publicada. [...] Se o curso publica bem, ele é bem avaliado, se é bem avaliado tem vantagens junto à CAPES, ganha mais recursos mais bolsas, ganha status, é mais procurado, aumenta a qualidade,... É um círculo. Eu acho que traz sempre traz vantagens. Alguns alunos têm bastante dificuldade sim em colocar a tese na forma de artigos, mas em geral gostam, porque quando terminam a pós-graduação eles terminam com a tese num formato que facilita. [...] Levanta o currículo deles, porque quando já tem trabalhos publicados, submetidos ou prontos para mandar para publicação, isso dá vantagens na hora de fazer concurso. Tem sim a dificuldade de tradução para o inglês, mas quando eles superam essa etapa, eles vêm que foi muito vantajoso. No meu ponto de vista esse formato é vantajoso para os programas de pós, para o orientador, para o aluno, sou extremamente favorável.</i></p>
3	<p><i>Sim, eu vejo o seguinte: mesmo para o aluno, este que está fazendo o mestrado, hoje qualquer universidade que você vá prestar concursos, pelo menos as boas universidades, elas exigem que a pessoa tenha um mínimo de publicação e para o aluno é vantagem.</i></p>
4	<p><i>Não é exigência, são critérios de avaliação [da CAPES], claro que grande parte dessas exigências partiram do comitê de avaliação da CAPES. Tem orientadores que acham que um doutorado deveria ter pelo menos dois artigos, mas isto não está normatizado. A norma está muito genérica mas foi um grande avanço, muitos programas que tinham baixa produção vão institucionalizar esse modelo.</i></p>

APÊNDICE T - Transcrição de trechos das entrevistas com coordenadores relacionadas à questão não previstas inicialmente: Biblioteca Digital

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>Acho que o maior problema que nós temos e estamos discutindo hoje aqui e inclusive lá em Campinas na CCPG, é a questão dos artigos. Trabalho aceito e trabalho já publicado..., você está divulgando através de um outro meio algo que você transferiu os direitos autorais para a editora. A Unicamp estava correndo sério risco de ser processada pelas editoras, é um problema que está sendo discutido: a validade desse método pelo problema dos direitos autorais.</i></p> <p><i>Com fins acadêmicos elas autorizam, mas nem todas as editoras. Então já que você vai publicar esse artigo no formato alternativo, antes imediatamente você terá que ter uma autorização da editora onde o trabalho foi publicado ou aceito. Algumas [revistas] até quando você envia o trabalho, mesmo antes de ser aceito a editora já pede a transferência de direitos autorais. [...] talvez agora seja exigido no formato alternativo no final, lá no apêndice a autorização da editora.</i></p>
2	<p><i>O conhecimento gerado acabava se perdendo um pouco. Hoje em dia, com a biblioteca Digital minimiza muito este problema porque internacionalizou o acesso às teses. Mas se as teses estiverem em português um número mínimo de pessoas no mundo vai conseguir [...] entender o que esta lá. Ao passo que já estando no formato de artigos, e de preferência em inglês, garante um acesso melhor e ao mesmo tempo a divulgação.</i></p>
3	<p><i>[...] o produto desse trabalho científico é a disponibilização pública dele, a publicação [de artigo] é uma delas. Eu creio que essa Biblioteca Digital, que a UNICAMP está implementando é uma forma de ter esse tipo de divulgação on-line em tempo mais ágil. Por outro lado isso não exime da obrigação de publicar em periódicos indexados, com impacto.</i></p>
4	<p><i>Outra coisa, é em relação a colocar artigos que já foram publicados em revistas que têm exclusividade. Se você coloca on-line artigos que entram na tese, e ela está disponível na Biblioteca Digital... A revista não permite que você coloque num local de consulta publica e você coloca...</i></p>

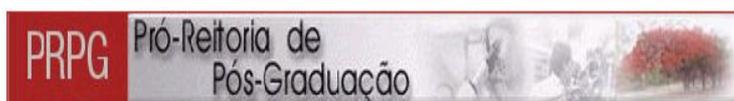
APÊNDICE U - Transcrição de trechos das entrevistas com coordenadores relacionadas a questões não previstas inicialmente: desvantagem do formato alternativo

Sujeito	Transcrição
1	<p><i>Eu acredito que aquele conhecimento que o aluno tem de preparar uma tese tradicional fazer uma extensa revisão de literatura, escrever uma metodologia bem detalhada para publicar em formato de artigo (...), porque as revistas têm uma certa orientação, em detrimento desses fatores com certeza.</i></p> <p><i>Muita gente aqui na faculdade, pede que seus alunos durante o mestrado façam no formato tradicional, e no doutorado já no formato alternativo. Eu quando observo que aluno tem potencial, no mestrado ele vai fazer o tradicional, e no doutorado já começa... Porque o aluno que se diferencia além do trabalho de tese ele acaba fazendo alguma coisa na mesma linha de pesquisa e esse trabalho já vai caminhando, a tese de doutorado normalmente na mesma linha de pesquisa, acaba começando a tese de doutorado no mestrado. Aí eu acredito que o formato alternativo seja válido e não seja tão prejudicial ao aprendizado do aluno.</i></p> <p><i>[...] você não forma só o pesquisador, mas forma o professor, o futuro orientador. Alguns alunos reclamarem que parece que eles vêm para a pós-graduação só para fazer pesquisa, e na verdade não é, tem que ter a parte de formação do docente, aprender a dar aula, a parte didática...</i></p> <p><i>E cabe a cada orientador agora não é? Porque (na pós?) você não forma só o pesquisador, mas forma o professor, o futuro orientador. Eles têm que repassar para os alunos tanto o lado de docente, quanto do pesquisador. Alguns alunos reclamarem que parece que eles vêm para a pós-graduação só para fazer pesquisa, e na verdade não é, tem que ter a parte de formação do docente, aprender a dar aula, a parte didática...</i></p> <p><i>Com certeza. O aluno monta uma aula bem detalhada, aprende a fazer uma metodologia, cada passo que vai fotografando para poder apresentar a aula depois, e para ilustrar o seu trabalho de tese, com detalhes e tudo. A parte da revisão da literatura às vezes tem até 50, 100 resumos, eles têm que pegar 100 trabalhos ler na íntegra e resumir.</i></p>

ANEXOS

ANEXO A – Informação CCPG/001/98

http://www.prrpg.unicamp.br/infccpg001_98.html



INFORMAÇÃO CCPG/001/98

Tendo em vista a possibilidade, segundo parecer PG nº 1985/96, das teses de mestrado e doutorado terem um formato alternativo àquele já bem estabelecido, a CCPG resolve:

Artigo 1º - Todas as teses de mestrado e de doutorado da UNICAMP terão, a partir de Janeiro de 1999, o seguinte formato padrão:

- I. Capa com formato único, dando visibilidade ao nível (mestrado ou doutorado), e à Universidade.
- II. Primeira folha interna dando visibilidade ao nível (mestrado ou doutorado), à Universidade, à Unidade em que foi defendida e à banca examinadora, ressaltando o nome do orientador e co-orientadores. No seu verso deve constar a ficha catalográfica.
- III. Segunda folha interna onde conste o resumo em português e o Abstract em inglês.
- IV. Introdução Geral.
- V. Capítulos.
- VI. Conclusão Geral.
- VII. Referências Bibliográficas.
- VIII. Apêndices (se necessários).

Artigo 2º - A critério do orientador, os Capítulos e os Apêndices poderão conter cópias de artigos de autoria ou de co-autoria do candidato, já publicados ou submetidos para publicação em revistas científicas ou anais de congressos sujeitos a arbitragem, escritos no idioma exigido pelo veículo de divulgação.

Artigo 3º - A PRPG providenciará o projeto gráfico das capas bem como a impressão de um número de exemplares, definido e pagos pelo candidato, da versão final da tese a ser homologada.

Artigo 4º - Fica revogada a resolução CCPG 17/97.

Fonte: <http://www.prrpg.unicamp.br/infccpg001_98.html>

Prof.Dr.José Cláudio Geromel
Presidente-Comissão Central de Pós-

ANEXO B – Informação CCPG/001/00

INFORMAÇÃO CCPG/001/00

Com o objetivo de melhorar e facilitar a reprodução de teses, bem como minimizar as possibilidades de ocorrência de erros durante o processo de confecção das mesmas, a CCPG decidiu colocar as seguintes regras:

1. As teses serão reproduzidas no padrão frente e verso, exceção feita às páginas iniciais e divisões de capítulos;

1.1. Teses com até 100 páginas serão reproduzidas no padrão apenas frente, exceção feita à página que contém a ficha catalográfica;

2. Todas as páginas deverão, obrigatoriamente, ser numeradas, inclusive páginas iniciais, divisões de capítulos, encartes, anexos, etc...

2.1. As páginas iniciais poderão ser numeradas utilizando-se algarismos romanos em sua forma minúscula;

3. Todas as páginas com numeração "ímpar" serão impressas como "frente" e todas as páginas com numeração "par" serão impressas com "verso";

4. No formulário "Requisição de Serviços Gráficos" deverão estar indicadas as páginas cuja reprodução deva ser feita no padrão "cores" ou "foto", ficando entendido que as demais páginas devam ser reproduzidas no padrão preto/branco comum;

5. As páginas fornecidas para inserção deverão ser impressas em sua forma definitiva, ou seja, apenas frente ou frente/verso;

6. Fica extinto o atual formulário "Orientação para Reprodução de Teses".

Campinas, 07 de julho de 2000

Prof.Dr.José Cláudio Geromel
Presidente
Comissão Central de Pós-Graduação